

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FERNANDA FELTES

O Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFRGS: reflexões sobre práticas formativas a partir de Paulo Freire, o movimento sindical e o processo de organização da Assufrgs (1984-1986)

PORTO ALEGRE

2021

Fernanda Feltes

O Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFRGS: reflexões sobre práticas formativas a partir de Paulo Freire, o movimento sindical e o processo de organização da Assufrgs (1984-1986)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2021

Fernanda Feltes

O Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFRGS: reflexões sobre práticas formativas a partir de Paulo Freire, o movimento sindical e o processo de organização da Assufrgs (1984-1986)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (orientador)

Prof^a Dra. Carla Beatriz Meinerz (UFRGS)

Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Enrique Padrós, eu disse num desses dias sobre como me senti mais confortável ao realizar este segundo trabalho de conclusão. Atribuí ao processo de amadurecimento intelectual. O amadurecimento intelectual, e assim todos os processos de amadurecimento, não são feitos somente na nossa própria companhia. A solidariedade e as trocas que ela propicia são coisas para as quais concedo cada vez mais importância. Solidariedade é a arma dos que se opõem à vulgaridade do individualismo, à exploração, à alienação da vida. Por isso, agradeço a todas as amigas e a todos os amigos que comigo trocaram, que me ouviram, debateram, me deram recomendações, sugestões de leitura, que me apoiaram na realização desse trabalho.

Em especial agradeço ao Mathias, brilhante companheiro de trocas afetivas e intelectuais, e não bastasse isso, alguém que faz valer a palavra generosidade em todas as letras. Agradeço ao meu orientador, professor Enrique Serra Padrós, pela inteligência, compreensão e amizade. Aos membros da banca, pela participação na leitura e qualificação do trabalho. Ao Frederico, agradeço também pela disponibilidade em socializar o tanto de conhecimento que possui. À Jacira e à Maria de Lourdes, pelas contribuições com seus relatos e com os documentos cedidos. À Marina e à Patrícia, amigas, colegas, professoras e intelectuais a quem eu admiro muito, para as quais não falta nem inteligência, nem lucidez, nem gentileza. Aos meus pais e ao meu irmão, porque nada é mais valioso do que aprender a bondade.

Dedico este trabalho à minha mãe, incansável trabalhadora da educação.

*Nós vamos semear, companheiro
No coração
Manhãs e frutos e sonhos
Pr'um dia acabar com essa escuridão
Nós vamos preparar, companheiro
Sem ilusão
Um novo tempo, em que a paz e a fartura
Brotam das mãos
Vitor Ramil - Fogaça, Semeadura*

RESUMO

Esta análise parte de um estudo de caso do Projeto de Alfabetização de Funcionários, desenvolvido a partir da Associação Benficiente dos Funcionários da UFRGS – ABSURGS, entre os anos de 1985 e 1986. Para o estudo, utiliza-se um documento de apresentação do projeto e relatos orais de duas das educadoras nele participantes. A presente análise identifica o Projeto como um elemento de síntese da greve realizada pelos trabalhadores da UFRGS em 1984. A fim de caracterizar a greve, são utilizados 43 números do jornal de greve editado pelos grevistas. A greve – e o projeto – são analisados à luz da conjuntura brasileira de crise do cesarismo militar e de constituição de um campo de interlocução liberal. Também são referidos, no estudo, a caracterização do Novo Sindicalismo, reflexões sobre a universidade e dados sobre as práticas pedagógicas do Projeto de Alfabetização, estes últimos embasados na obra do educador Paulo Freire. Num primeiro momento, expõem-se os elementos constitutivos da greve de 1984, considerando a hipótese de que o movimento tenha contribuído para um “salto de consciência” desses trabalhadores, em sua perspectiva política e organizativa. A seguir, o projeto e seu referencial freireano contribuem para que se explore a possibilidade de que tenha havido uma elaboração (ou reelaboração) da experiência dos trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Novo Sindicalismo, experiência, Paulo Freire, pedagogia libertadora, ASSUFRGS.

RESUMEN

Este análisis se basa en un estudio de caso del Proyecto de Alfabetización de Funcionarios, desarrollado desde la Associação Benéfica dos Funcionários da UFRGS – ABSURGS, entre los años de 1985 y 1986. Para el estudio, se utiliza un documento de presentación del proyecto y relatos orales de dos de sus educadoras participantes. El presente análisis identifica el Proyecto como un elemento de síntesis de la huelga realizada por los trabajadores de UFRGS en 1984. Para caracterizar la huelga, se utilizan 43 números del diario de la huelga editado por los huelguistas. La huelga – y el proyecto – son analizados a la luz de la coyuntura brasileña de crisis del cesarismo militar y de constitución de un campo de interlocución liberal. También son referidos por el estudio la caracterización del Nuevo Sindicalismo, reflexiones sobre la universidad y datos sobre las prácticas pedagógicas del Proyecto de Alfabetización, los últimos informados por la obra del educador Paulo Freire. En un primer momento, se exponen los elementos constitutivos de la huelga de 1984, considerando el hipótesis de que movimiento haya contribuido para un “salto de consciência” de los trabajadores, en su perspectiva política y organizativa. Después el proyecto y su referencial freireano contribuyen para explotar la posibilidad de que haya ocurrido una elaboración (o reelaboración) de la experiencia de los trabajadores de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Nuevo Sindicalismo, experiencia, Paulo Freire, pedagogia libertadora, ASSUFRGS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O HORIZONTE DA REDEMOCRATIZAÇÃO: ASPECTOS DA DÉCADA DE 1980 NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO.....	15
2. SER TRABALHADOR NA UNIVERSIDADE: A GREVE DE 1984 E A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	26
3. O PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: PAULO FREIRE, FAZER-SE EDUCADOR.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
FONTES.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXO 1 – DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO	57

INTRODUÇÃO

Em junho de 2018, ingressei como estagiária do Curso de História na Assufrgs – Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Minha principal atribuição: organizar o Centro de Documentação e Memória da Assufrgs. Não cabe aqui pormenorizar as características do trabalho, mas é importante salientar o quanto essa experiência foi definidora na escolha pelo objeto de estudo que ora apresento. A política apresenta-se como palco de contradições e um sindicato não escapa delas. Porém, mais do que isso, o manuseio de uma rica documentação e o contato com testemunhos e com o cotidiano de um sindicato me ofereceu a oportunidade de interessar-me pelas formas históricas assumidas pela organização dos trabalhadores.

A partir daí, a conjuntura que marcou o ciclo de greves da década de 1980, somada à particularidade dos servidores públicos, impedidos então de realização de greves, foi o chamariz para que eu questionasse como essa conjuntura se manifestou nesse espaço específico e começasse a suspeitar que, na Assufrgs, ela produziu e favoreceu a síntese das disputas políticas no seio da associação – sua característica (associativa/sindical), seus sujeitos, os projetos em debate – e também reforçou entendimentos no plano político mais geral, quer orientado para os movimentos sociais, quer orientado para a compreensão do que vinha acontecendo na política institucional no Brasil da década de 1980. Conforme eu também percebia que a greve de 1984, em suas características e desdobramentos, oferecia possibilidades ao presente no sentido de apresentar alternativas de formulação e tática política, considerei que já não era possível voltar atrás.

Encontrei meu objeto de pesquisa e por ele fui encontrada. Nesse sentido, este trabalho pretende ser uma análise teórica e historiográfica de tipo convencional, mas também um produto do trabalho de organização do acervo da Assufrgs e assim um agradecimento e prestação de contas pela significativa oportunidade de acessar a documentação em sua forma “bruta”. E, sobretudo, a presente análise tenciona sistematizar um corpo de formação e informação de modo a oferecê-lo como ferramenta política e contribuição à luta sindical. Assim qualificado, este trabalho ocupa espaço no limiar entre uma produção teórica e historiográfica e uma produção militante e busca equilibrar estas duas facetas de modo que nenhuma roube o sentido da outra.

A década de 1980 no Brasil foi palco de significativas mobilizações políticas. Aproveitando as reflexões de Paulo Freire sobre a existência de situações-limite e sua potencialidade na formulação de soluções novas, é possível dizer que a aproximação com uma nova condição política nacional animou organizações diversas no campo da esquerda, produzindo debate e oferecendo alternativas para um horizonte de transformação. Sindicatos acumularam experiência política em um novo ciclo de greves e a expectativa em torno de eleições diretas reverberou em uma ampla campanha.

No Brasil, o período serviu a diversas orientações políticas: de um lado, intensa mobilização sindical e o surgimento de organizações políticas orientadas pela reivindicação de direitos e pela democratização; de outro, a hegemonização do processo constituinte pelo “centro”, promovendo ganhos sociais para diversos sujeitos da sociedade civil sem, no entanto, abdicar das diretrizes de uma fórmula política liberal e, por isso mesmo, isenta de transformação estrutural. Aqui não se trata de criticar a Constituição de 1988, mas de caracterizá-la pelos elementos que a balizaram, não sem produzir tensões políticas significativas. Nesse sentido, vale remeter a Fernandes, no que disse a respeito do cenário posto imediatamente antes de 1988:

Como ela [burguesia] está atuando como um elemento reacionário, age por trás de seus bancos de cérebros e converte a Constituição em uma causa formal e “técnica”. Os proletários, por sua vez, não podem se iludir a respeito desse comportamento político coletivo da minoria dominante. Não só devem repelir a Constituição como “prato feito e acabado”; precisam colocá-la em relação recíproca com seus interesses e valores de classe. O máximo que poderão conseguir, neste momento, consiste em “pluralizá-la”, fazê-la corresponder à imensa variedade de situações de classes (e de frações de classes ou de minorias) existentes na sociedade brasileira. Isso significa infundir-lhe o caráter de uma carta constitucional realisticamente democrática, como paradigma de processos cujo desenvolvimento mais avançado se projeta para o futuro. (FERNANDES, 2007, p. 119)

Entre os servidores públicos, a década registrou progressivas fases de consolidação da organização política. De categorias ainda impedidas de realizar greves, os servidores públicos passaram a compor os movimentos grevistas. Disso redundou a formação da Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - Fasubra, em 1978, no esteio da criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT – e de um novo momento de lutas políticas. Em 1984, os trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul permaneceram em greve por quase três meses. Lidavam com a intervenção interna sobre as universidades, que guardava os cargos nas reitorias para interventores escolhidos pela cúpula

da ditadura militar, e reivindicavam a sustentação econômica pública da universidade, a autonomia das instituições públicas de ensino superior, a melhoria nas remunerações dos servidores e o fim da proibição às greves, entre outros pontos que adiante serão detalhados.

Em maio de 1984, os servidores públicos federais da Educação e da Saúde pararam o Brasil. Reivindicavam reposição salarial e reajustes semestrais para conter os prejuízos dos altos índices inflacionários, além de outras medidas. Trinta mil professores de instituições federais somavam-se ao movimento. A defesa da universidade pública e a denúncia dos cortes de verbas ganhou centralidade no processo. Após três meses do seu início, a pauta já estava reduzida para insistir na interlocução com um governo intransigente e ditatorial. Objetiva ou imediatamente, a greve de 1984, como outras greves do setor da Educação na década de 1980, durou muito e conseguiu pouco.

Na UFRGS, a escassez nas conquistas diretas, entretanto, foi contrastada por um intenso trabalho de mobilização, que promoveu atividades diárias – palestras, sessões de cinema, panfletagens, atos de rua – e que, após a decretação da ilegalidade da greve, convergiu para parcerias – doações para compra de ranchos, articulação com setores públicos para atraso nas cobranças dos serviços básicos, bônus de supermercado – e para um fundo de greve que pudesse garantir a sobrevivência dos trabalhadores mais necessitados. A greve de 1984 foi, acima de tudo, uma profunda demonstração de solidariedade de classe e de união em torno de melhorias para todos, o que permitiu ao movimento conhecer-se.

A intensa mobilização dos trabalhadores favoreceu, portanto, não só a consolidação do movimento grevista como também o diagnóstico das condições particulares que afetavam os servidores. Enquanto a greve se desenvolvia, o estreitamento das relações entre os trabalhadores permitia reforçar a sociabilidade no interior da categoria e conhecer dificuldades significativas nas condições de trabalho. O alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores da Universidade foi uma das características que, se bem já pudesse ser conhecido no cotidiano, expressou o paradoxo de se trabalhar dentro de uma instituição de ensino sem ter sido alfabetizado.

Naquele momento, a instituição representativa dos servidores da UFRGS era a Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS – Absurgs – ampliada a partir do Centro de Funcionários da UFRGS. O Centro foi criado em 1951, transformando-se em Associação dos Funcionários Públicos no decorrer do processo de federalização da Universidade.¹. Há

1 Conforme <https://www.assufrgs.org.br/historia-e-conquistas/>. Acesso em 30/05/2021.

registros de constituição da Absurgs ainda na década de 1960, com ênfase na dimensão assistencial e associativa. A transformação da Absurgs em um sindicato condizia com as aspirações do movimento grevista e convergia com iniciativas do mesmo tipo em outras universidades e instituições brasileiras.

No interior da greve, articularam-se a disputa pela associação e os diagnósticos produzidos pelos servidores. A partir dessa equação, deduziu-se um projeto político alternativo que promoveria a transformação da associação em sindicato vinculado à Fasubra e que sugeria como uma de suas iniciativas um projeto de alfabetização dos trabalhadores da UFRGS embasado na práxis de Paulo Freire.

O que se tenciona fazer nessa análise preliminar é demonstrar como a práxis freireana respondeu ao diagnóstico desse paradoxo de analfabetismo no interior do quadro de servidores da UFRGS, por um lado permitindo aos trabalhadores-educadores se compreenderem enquanto sujeitos ativos em um processo educativo e, por outro, oferecendo um instrumento de politização da categoria. O segundo objetivo deste trabalho visa abordar este projeto de alfabetização e sua inserção em uma conjuntura de mobilização, organização e politização como condições intrínsecas ao projeto de sindicalização dos trabalhadores da UFRGS. Em síntese, acredita-se que a alfabetização dos trabalhadores foi oferecida como solução a um problema duplo: o incremento da disputa política pela associação de servidores e a politização da categoria.

Para abordar estes objetivos, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos. O eixo do primeiro capítulo é a conjuntura brasileira da década de 1980. Discute-se portanto a década final da ditadura civil-militar e as manifestações que pressionaram pela redemocratização. Essa caracterização também dialoga com a conceituação do “novo sindicalismo” (SADER, 1988; MATTOS, 1998; ANTUNES, 1995) e o processo particular de transição e disputa entre Absurgs e Assufrgs. Neste momento da análise, aborda-se a restrição ao direito de greve dos servidores públicos e os instrumentos de que a categoria lançou mão na construção e consolidação da greve de 1984, cotejando este processo com as características históricas que culminaram na criação da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil –, em 1978, e CUT – Central Única dos Trabalhadores –, em 1983. Finalmente, o capítulo discute a formatação histórica da universidade brasileira, seus propósitos e limites, e assim também a percepção dos trabalhadores sobre a instituição.

O segundo capítulo destina-se à análise dos Jornais da Greve dos Funcionários – Informativo para, a partir deles, traçar uma caracterização geral do projeto político elaborado e manifestado pela greve. Neste mesmo capítulo será explorada a hipótese de que a greve representou um “salto de consciência” dos trabalhadores da UFRGS em função de suas manifestações internas e de um ambiente político favorável.

No terceiro capítulo, a análise volta-se à aplicação da práxis pedagógica postulada por Paulo Freire (1975a, 1975b) por meio do projeto de alfabetização de funcionários consolidado após a greve. A partir dessa associação, serão discutidas as hipóteses de que este projeto tencionava politizar os trabalhadores através de uma alfabetização crítica e de que aspirava não só a um reforço da categoria de trabalhadores da UFRGS, como também a uma ampliação da ideia de categoria, passando a incluir, pela politização, trabalhadores alijados em função de uma condição de analfabetismo.

Em função de seus objetivos, o trabalho está sustentado pelos testemunhos orais de duas das proponentes do projeto de alfabetização, Jacira Gil Bernardes e Maria de Lourdes Azevedo Mendonça, além de um documento de sua autoria, utilizado para apresentar o Projeto de Alfabetização dos Funcionários. Além disso, a análise trabalha com 43 números de jornais de greve produzidos pelos trabalhadores grevistas em 1984. Não foi possível localizar todos os números da publicação. Os jornais serão tratados sob a sigla JGF – I – Jornal da Greve de Funcionários – Informativo. Sua análise será panorâmica, respeitando os limites de um trabalho de conclusão, e sua principal finalidade será, como se disse, a caracterização geral do projeto político da greve.

Já aqui é necessário salientar – e lamentar – as limitações da análise. Em primeiro lugar, em relação à ausência de testemunhos de outros sujeitos atuantes nesse processo de disputa política pela organização dos trabalhadores. Esta ausência se manifesta em função de dificuldades logísticas surgidas no contexto de produção deste trabalho. Em função disso, permanece uma lacuna no sentido de ampliar a análise para precisar as características desse processo. Ressalta-se, entretanto, que este objetivo apenas foi postergado.

Em segundo lugar, não foram identificados sujeitos atendidos pelo programa de alfabetização, o que comprometeu a análise significativamente no sentido de poder abordar as consequências produzidas pelo projeto. Apesar de, acredita-se, esta falta não ter prejudicado os objetivos da pesquisa, ela impôs que estes se voltassem mais à análise das finalidades do instrumento de alfabetização no seio de um projeto político mais amplo. Tornou-se, portanto,

um ponto-limite da formulação. A impossibilidade de localizar os educandos-alfabetizandos recebidos pelo projeto obriga a que os efeitos dele sejam percebidos apenas com base nos testemunhos das educadoras-proponentes.

Presume-se que com base nesse corpo documental e a partir de seus objetivos, a análise também oferecerá condições para que o leitor conheça algumas das dimensões locais de uma greve encravada em um panorama de intensa mobilização e no interior de uma conjuntura que permitia mais esperanças do que a atual. Entretanto, que também se possa crer que essa análise, dentro de suas limitações, reforce o ânimo de todos aqueles que se dispõem a defender a potência transformadora da classe trabalhadora.

1. O HORIZONTE DA REDEMOCRATIZAÇÃO: ASPECTOS DA DÉCADA DE 1980 NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO

De acordo com registros eminentemente fotográficos disponíveis no Centro de Documentação e Memória da Assufrgs – CEDEM/ASSUFRGS, a criação da Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul teria ocorrido ainda na década de 1960. Há, entretanto, documentos de registro da Associação, assim como seu estatuto, datados de 1971 e 1972, respectivamente.² Eminentemente associativa, a Absurgs provia aos servidores técnicos e docentes atividades de entretenimento e serviços conveniados, tendo inclusive possuído um gabinete dentário em sua sede, que contava com o trabalho de servidores cedidos pela UFRGS. A característica associativa atendia às necessidades dos servidores, mas também permitia a existência de um perfil conciliador de articulação de reivindicações junto às instâncias superiores da Universidade. De acordo com o estatuto da Associação, datado de 1972, em seu artigo 5º, cumpria à Absurgs, prestar benefícios assistenciais, mas também “congregar seus associados, representar e defendê-los junto aos poderes competentes em suas justas e legais aspirações e reivindicações” (ABSURGS, 1972).

Quando do início da ditadura civil-militar, em 1964, a restrição à realização de atividades políticas pela sociedade em geral e pelos servidores públicos em particular – impedidos de realização de greves pela Lei 4.330/1964-, determinou a proeminência do perfil associativo da organização dos servidores. A Absurgs, registrada na Secretaria do Trabalho e Ação Social em março de 1972, consolidou então a congregação associativa dos trabalhadores da UFRGS. O Estatuto dispunha explicitamente sobre a proibição de “atividades políticas”: “Art. 63 – é expressamente proibido discurtir-se (sic), nas dependências da ABSURGS, questões que envolvam matéria política – partidária, religiosa ou racial.” (op. cit.). Em função disso, o documento não dispunha sobre despesas de greve ou qualquer outra atividade de finalidade política.

A Absurgs atravessou, assim, o período ditatorial mantendo-se representativa em relação a seus associados, mas enfocando dimensões específicas dessa representatividade, em função das restrições implicadas pelas conjunturas políticas repressivas que se sucederam ao longo de todo o período. Quando da greve de 1984, a composição formal da diretoria da

² Não foi possível identificar se este intervalo caracterizou uma reorganização associativa.

Absurgs era composta por Noé Esquivel, como presidente, Antonio Dias de Castro, como 1º vice, Arnecy Martins Vieira, como 2º vice, e Marino Antonelo Benites, como 3º vice (INFORMATIVO ABSURGS, Ano I, nº 1, abril-junho 1983).

A partir do fim da década de 1970 novos movimentos políticos forçaram as balizas repressivas: em 1978, foi criada a Fasubra, entidade sindical orientada para a representação dos trabalhadores das Instituições de Ensino Superior de todo o território nacional, bem como instituições vinculadas ao ensino de 3º grau a ela associadas (cfe. FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – FASUBRA, 2007). A criação da Federação de Sindicatos antecedeu o momento de criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores -, fundada em 1983. Antunes (1995) salienta que a CUT foi criada a partir da convergência entre o novo sindicalismo e os movimentos de oposição sindical, que sinalizou para a necessidade de constituição de uma central sindical.

A nova Central nasceu, portanto, da associação de diversas forças com tradições sindicais distintas – sindicalistas independentes, oposições sindicais, militantes da pastoral operária, setores da esquerda oriundos da tradicional, mas que romperam com o sindicalismo político vigente no pré-64, todos com o objetivo de construir um sindicalismo autônomo, em oposição ao atrelamento das entidades sindicais às estruturas do Estado e, desse modo, exercerem uma nova prática, que propugnava a liberdade e autonomia sindicais, além de amplo direito de greve. (ANTUNES; SILVA; 2015, p. 514)

A unificação dos sindicatos condicionou o novo ciclo de greves que marcou o final da década de 1970 e o início da década de 1980 no Brasil.

Segundo Antunes (1995), o novo arranjo sindical foi uma das mais significativas mudanças atreladas à conjuntura de transição no Brasil. Para Mattos (1998), a onda de greves do final da década de 1970 ampliou os horizontes do processo de abertura política do Brasil. Sustentando essa hipótese, é possível acrescentar que o momento também registrou a expectativa e a produção política em torno da característica almejada para uma possível nova república democrática. No âmbito sindical, o desatrelamento entre sindicatos e Estado ou partidos políticos marcava, por um lado, uma ânsia histórica, produzida pelo tolhimento do sindicalismo pelo aparato estatal.

Por outro lado, a característica já apontava para um dos limites da Nova República brasileira: a passivização consequente à hegemonização do processo político de abertura pelo centro político e por um repertório liberal de cidadania, vinculado a um esvaziamento político

e à distorção neoliberal dos instrumentos de participação política. Segundo Mattos, o processo de constituição da identidade sindical nesse período foi marcado por um discurso que secundarizava a interlocução entre o movimento e o Estado, além de negar a influência partidária no meio sindical. Entretanto, parte desses aspectos refletia a oposição ao passado recente do sindicalismo brasileiro, acusado de pautar colaboração de classe, conformismo e cupulismo (ANTUNES; SILVA. op.cit.).

O paradoxo cabível nessa equação – de um lado, a politização da luta sindical; de outro, o gradual esvaziamento da participação política de amplos setores – não pode servir de mero julgamento das opções políticas sustentadas nessa conjuntura. Entretanto, a contradição é perceptível quando se observa, na greve dos servidores da UFRGS em 1984, por exemplo, a associação entre um projeto sindical politizado e o amplo escopo de articulações que produziram respaldo à greve por diversos setores da sociedade, integrantes de um enorme espectro político.

Dagnino (2000) ao analisar o processo de redemocratização brasileira, situa dois processos políticos distintos: de um lado, o alastramento democrático expressado pela criação de espaços públicos e crescente participação da sociedade civil nos processos deliberativos e decisórios. Segundo a autora, este processo teve como marco formal a Constituição de 1988, que consagrou a premissa da participação da sociedade civil. Dagnino sugere que

As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental. (DAGNINO, op. cit., p. 95)

Esse processo teve como efeito uma aposta na possibilidade de ação conjunta entre Estado e sociedade civil. Ressalve-se, entretanto, que se por um lado a Constituição é uma expressão formal dessa convergência, a intenção do “novo sindicalismo” em desvincular-se do Estado demonstra pelo menos duas características: o interesse em uma ruptura com uma “forma corporativa” de sindicato e a influência de premissas que vinham sendo apresentadas no sentido de reforçar a possibilidade de um “sindicalismo negocial” - uma forma de sindicalismo plenamente integrada à atomização política neoliberal (ANTUNES, 1995; ANTUNES; SILVA; 2015)

Essa segunda característica, aliás, remete ao segundo processo político identificado por Dagnino: a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 como estratégia para a implementação do ajuste neoliberal. A plataforma política de Collor atuou em benefício da consolidação de um estado mínimo, “que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (op. cit., p. 96).

A partir da apresentação desses dois projetos políticos antagônicos, Dagnino apresenta como hipótese a ideia de que, no desenvolvimento democrático ulterior brasileiro, verifica-se uma “confluência perversa” entre eles, marcada por uma suposta identidade de propósitos. Essa identidade aparente é reforçada pela utilização de referências comuns, culminando em uma disputa política “por significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia”. (op. cit., p. 97).

A partir de outro referencial, calcado em Maciel (1999; 2012), e de forma muito resumida, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por uma crise do cesarismo militar³. Sobre a característica cesarista, o autor salienta que os militares brasileiros não assumiram somente o controle do aparelho de Estado, mas também a direção política do bloco no poder, de modo a proteger seus interesses de classe e incrementar seu processo de reprodução. Por sua política de concentração e centralização de capital, os militares beneficiaram principalmente as frações de grande capital, mas houve favorecimento a segmentos do pequeno e médio capital, por meio de práticas como o controle do movimento operário e das classes trabalhadoras, a política de arrocho salarial e a manutenção da concentração fundiária (MACIEL, 2012, p. 51). Os militares

receberam uma legitimidade política para desempenharem o papel de ordenadores do sistema social, diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, e se apresentaram como garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do 'perigo comunista'.(PADRÓS, 2007, p. 46).

É importante salientar, a respeito do “perigo comunista”, que esta retórica foi fundamental ao período de consagração da “ditadura de classe preventiva” (DOCKHORN, 2002, p. 63). Em função da eclosão da Revolução Cubana, o controle dos militares sobre o Estado e seu discurso anticomunista foi lido como “necessário à contenção da influência

³ O conceito está apoiado em Gramsci, para quem “o cesarismo moderno assume um papel fundamentalmente regressivo na sociedade burguesa, atuando de modo ‘policia’ na preservação da ordem vigente” (GRAMSCI *apud* MACIEL, 2012, p. 50).

cubana sobre o território latino-americano e à legitimação da manutenção de Estados de exceção” (PADRÓS, 2006).

Sobre a característica da crise desencadeada dez anos após o início da ditadura, Maciel sustenta que foi eminentemente conjuntural. Não se constituiu ou eclodiu uma crise de hegemonia no seio da ditadura brasileira em função da participação dos militares em todo o processo de transição à democracia e suas decorrências. A crise se manifestou, a princípio, pelo acirramento das contradições intraburguesas e das relações entre Estado e bloco no poder, elementos decorrentes da crise do “Milagre Brasileiro”.

Em função dessa crise, os militares optaram por dinamizar a esfera de representação política, o que criou condições para a emergência de um campo de interlocução liberal. Assim, se mantinha a estratégia de contenção para o processo de redemocratização por meio da reforma da institucionalidade. Por meio desse campo de interlocução liberal, parte do movimento social foi cooptado, inclusive no meio sindical, a partir de influências passivizadoras⁴. Entretanto, a existência dessas influências não impediu que campanhas como a das “Diretas Já” ganhassem força. Para Maciel,

Mesmo derrotada, a campanha determinou a inviabilidade política da perspectiva de continuidade do *cesarismo militar*; abrindo caminho para que o movimento de acomodação se consolidasse através de uma alternativa política francamente definida pela composição entre as diversas frações do bloco no poder e entre os mais variados setores da oposição autocrática e do campo governista. (MACIEL, 2012, p. 57)

O caminho pavimentou a constituição e vitória da Aliança Democrática na sucessão presidencial, após o mandato de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). A Aliança Democrática havia sido criada por meio da união entre o PMDB e a Frente Liberal, composta por dissidentes do PDS, e se reunia em torno das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney para presidente da República e vice, respectivamente. Segundo Maciel, “A plataforma da Aliança expressa a ampla composição político-social que lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco no poder” (MACIEL, 1999, p. 373).

Foi facultado ao campo liberal dirigir o processo da redemocratização, visto que este pode hegemonizar o processo. De outro, não houve, por isso, uma neutralização total do movimento social. Para Maciel, por exemplo, a criação da CUT e sua hegemonização no meio

4 A ideia de influência passivizadora também remete à Gramsci, indicando uma contenção ou domesticação da perspectiva contra-hegemônica ou antiautocrática (nos termos de Florestan Fernandes) do movimento social, e assim tolhendo as possibilidades de uma ruptura revolucionária.

sindical atendeu a uma leitura mais razoável da crise do bloco dominante. A CUT constituiu-se, portanto, como frente de esquerda independente da influência do campo liberal (MACIEL, 1999).

Isso importa à análise para demonstrar a tensão dialética própria do movimento histórico: houve disputa em torno da direção do processo de redemocratização, e esse elemento está objetivamente presente, como se disse, no amplo rol de apoiadores da greve de 1984. Mas não houve, por isso, uma cassação do “amplo horizonte político” perseguido por esta greve, como por outras. A busca por apoio da sociedade civil, a propósito, foi uma intenção relacionada aos movimentos realizados pelo novo sindicalismo, de acordo com Mattos (1998).

A partir desse ponto de referência, não é possível tomar este projeto político como um projeto moderado ou politicamente superficial. A consistência da pauta de reivindicações, as escolhas táticas – que vão culminar por exemplo no Projeto de Alfabetização dos Funcionários –, os esforços amplos na proposição de diversas atividades de formação, permanentes no decorrer de três meses de greve, demonstram que a greve dos servidores expressou não um esvaziamento político, mas um salto na política e organização sindical, estimulada por um ambiente político favorável e reforçada por outras iniciativas do mesmo tipo. Nesse sentido, a greve dos servidores da UFRGS, em 1984, cumpriu com as características identificadas por Mattos em relação ao novo sindicalismo, a saber a mobilização da Justiça do Trabalho – e reorganização do setor jurídico no interior dos sindicatos –, o fortalecimento da imprensa sindical – aqui, simultaneamente, veículo formativo e informativo, com capacidade de ampliar a coesão entre os grevistas –, e a revalorização das atividades de formação.

Fundamentalmente, as considerações de Mattos procuram demonstrar a relevância da afirmação positiva da identidade dos trabalhadores, uma vez que, historicamente, o trabalho no Brasil operou como fator de desqualificação social. Há outra conclusão do autor que diz respeito ao fato de que transformações na classe não podem ser entendidas como meras decorrências das transformações estruturais. Thompson (1984) respalda essa conclusão, mas também Sader (1988). A partir de sua própria leitura de Thompson, o autor identificou no movimento sindical paulista do fim da década de 1970 a associação entre experiência e “constituição histórica das classes”. Para Sader, “é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos,

movimentos sociais” (SADER, op. cit., p. 45). Nesse sentido, a leitura do autor interessa como elemento propulsor das análises de influência thompsoniana. Thompson sugere, em síntese, que

as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada por modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), **experimentam a exploração** (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônico (sic), começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer essa descoberta como consciência de classe. (THOMPSON, op. cit., p. 37, grifo meu)

De volta ao novo sindicalismo, há que se considerar também que, para Antunes (1995), as greves do período se constituíam como políticas, ainda que destacadamente orientadas para reivindicações salariais. Isso porque incidiam como forças sociais de propulsão geral (*idem, ibidem*) e, pode-se dizer, indicavam em suas reivindicações um caráter também político ou, no mínimo, politicamente formativo. Em relação ao tópico, Mattos ressalta que

não se pode menosprezar o componente eminentemente políticos das greves, pois o controle governamental sobre a política salarial, através de normas legais não pactuadas (os pacotes), transformava boa parte das demandas por reajustes salariais em reivindicações que não se esgotavam no âmbito das negociações com a empresa ou o sindicato patronal. (MATTOS, op. cit., p. 194)

Nas fontes, foram identificados aspectos alinhados a essa característica⁵:

A gente lutou muito por melhoria salarial, por plano de carreira, por democratização na Universidade – que a gente luta até hoje – por autonomia universitária. (...) As lutas sempre foram políticas e financeiras. A gente lutou muito por essa universidade. A gente lutou pra eleger o reitor, a gente lutou pra conseguir mais vagas no Consun. (informação verbal)⁶

Retomando Antunes, são salientadas como características do novo sindicalismo a interioridade das mudanças na estrutura sindical (ou seja, a partir dos próprios trabalhadores), o ressurgimento de greves gerais e a imbricação entre movimentos sociais espontâneos e ações sindicais organizadas. Sobre esse último elemento, no caso dos trabalhadores da UFRGS, é possível pensar numa transição organizativa: de uma característica mais

5 Esses elementos serão detalhados no capítulo 3.

6 Relato oral concedido por BERNARDES, Jacira Gil. [jun. 2019]. Interlocutora: Fernanda Feltes. Porto Alegre, 2019. 1 arquivo .m4a (50 min 11s).

espontânea, a greve também serviu ao propósito de generalizar a presença político-partidária dentro da associação. A Absurgs passaria a ser integrada por sujeitos politicamente identificados, como sugere a afirmação de Mendonça:

Todos do comando de greve já tinham uma liderança política dentro do contexto nacional (...) Cada um já discutia com outro grupo político. Alguns, nem todos. A maioria. Maioria era vinculada a um partido e dentro do partido sabe-se que tem correntes. A partir de 1982, 1983, a gente já começou a discutir a política brasileira, a abertura, contra a ditadura... Então a gente ia para as unidades discutir metas. E o pessoal sabia: 'aquela lá é PT, aquela lá é PC do B'. Eles sabiam de onde nós éramos oriundos. Nós éramos oriundos de uma política de esquerda, sem dúvida nenhuma, e nós contrariávamos a política de direita que havia na universidade. (informação verbal)⁷

Apesar dos limites desse trabalho no que diz respeito ao nível de detalhamento, é preciso destacar um último aspecto da conjuntura que qualifica e situa o espaço de produção dessa greve: a universidade pública. Nesse sentido, é importante remeter a seus condicionantes históricos, ainda que de forma muito breve, e oferecer elementos gerais de caracterização que explicam a conjuntura específica de organização da greve.

Segundo Fernandes (1979), a reforma universitária foi tardiamente discutida no Brasil, em comparação com outros países da América Latina. Para o autor, o ensino superior brasileiro não se consolidou ou foi utilizado como fator de dinamização econômica ou sócio-cultural, atendendo mais a necessidades de transmissão de *status* e prestígio social. De acordo com ele,

O caso brasileiro ilustra, pois, que é inerente às propensões de uma tradição cultural conservadora moderar a expansão do ensino, contendo-a dentro de um ritmo que permita atender, especificamente, ao aumento potencial da procura nos estratos superiores das classes médias e altas. Os golpes militares, em vez de destruir, fortalecem essa orientação. (FERNANDES, op. cit., p. 179)

As classes médias, nesse esquema, se acomodaram ao padrão de ingresso ao invés de questioná-lo. Não houve, portanto, a partir da universidade, fluxos importantes de contestação ao padrão de organização da estrutura social, de acordo com a análise do autor. Entretanto, Fernandes salienta que, a partir da década de 1950, ocorreu uma transformação do sistema ocupacional, com o progressivo assalariamento do profissional graduado. Isso significa dizer que o egresso passou a ocupar mais postos de trabalho assalariados do que espaços de

⁷ Relato oral concedido por MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. [jun. 2019]. Interlocutora: Fernanda Feltes. Porto Alegre, 2019. 1 arquivo .m4a (34 min 5s).

profissionalização autônoma, liberal, apesar de mantida a prevalência desse tipo de ocupação em algumas categorias, como médicos e advogados.

Em boa medida, é factível sugerir que esse processo implicou, se não a proletarização, a experiência política do assalariamento. A noção de experiência política do assalariamento, em síntese, dialoga com Thompson (1981), para quem “A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social” (*idem, ibidem*, p. 112)⁸. Noutros termos, de acordo com o autor, a experiência constitui-se enquanto ação que relaciona a práxis e a ideologia⁹, ou seja, enquanto ação politicamente consciente. É possível remeter também a Gramsci (1980), para quem a política é o primeiro grau da superestrutura, constituindo-se inicialmente como afirmação voluntária e elementar, mas gradualmente se elaborando e organizando. Sob a perspectiva gramsciana, também é possível caracterizar a política como “a atividade humana central, o meio pelo qual a consciência individual é posta em contato com o mundo social e natural em todas as suas formas” (NOWELL-SMITH apud HOBBSAWM, 2011, p. 292).

Enquanto ocorria o progressivo assalariamento dos graduados, não coincidentemente, alastrava-se a transnacionalização da burguesia, associada à plena integração do Brasil ao capital monopólico que vai culminar no golpe de 1964 e suas decorrências. De acordo com Marini (2013), a burguesia brasileira se tornou, nesse momento, sócia menor na aliança com o capital estrangeiro. Como os produtos oriundos de uma indústria cada vez menos identificada com o mercado nacional não correspondiam às necessidades da população brasileira, Marini salienta os problemas de realização de capital decorrentes do modelo adotado após o golpe. Por outro lado, a necessidade de manter as taxas de lucro, em sua maioria orientadas para fora do país, redundou na superexploração da força de trabalho. Em síntese, a economia não atendia às necessidades do trabalhador, que era superexplorado enquanto o capital se esvaía para fora do Brasil¹⁰.

Em função da crescente desnacionalização, houve introdução massiva de tecnologia na indústria brasileira e agravamento na crise do emprego de mão-de-obra, para a qual faltavam

8 Optou-se por detalhar essa noção junto à análise do objeto específico do trabalho, a saber, no capítulo 3.

9 Entende-se ideologia como falsa consciência e como construto próprio da classe dominante (cfe. MARX, ENGELS, 2016). No entanto, o debate desse conceito, por sua largueza, não será feito nos limites deste trabalho.

10 Aliás, para fins de demonstrar a atualidade e relevância do trabalho do autor, faz-se outra citação de Marini: “Em outras palavras, uma política econômica pequeno-burguesa [que ampliasse a superexploração para permitir a manutenção das taxas de lucro], nas condições vigentes no Brasil, levaria muito provavelmente à implantação de um verdadeiro regime fascista” (MARINI, op. cit., p. 160).

as condições técnicas de ocupação. Nesse sentido também se explica o assalariamento dos trabalhadores graduados. O autor sugere que

no passo em que o desemprego da mão-de-obra em geral aumentava, o mercado de trabalho da mão de obra qualificada se esgotava, constituindo-se como um ponto de estrangulamento que demandava todo um programa de formação profissional – isto é, tempo e recursos – para sua superação. (MARINI, 2013, p. 151)

Para comportar as necessidades desse processo, os militares, em 1968, deram início ao processo de reforma universitária. A reforma buscou conferir ao sistema universitário uma racionalização apropriada aos critérios de eficiência técnico-profissional e produtividade, além de atender às pressões oriundas da integração ao capital monopólico. Em última instância, a reforma mantinha ou visava manter os privilégios de classe por meio da submissão aos auspícios do capital internacional, tal como concluído por Florestan Fernandes.

A reforma universitária teve outro produto: a expansão do ensino superior privado. A transformação operou como mecanismo de transferência de recurso público para a esfera privada – mecanismo ainda hoje reiterado - e dividiu atribuições entre instituições. Segundo Trindade,

As políticas dos governos militares estabeleceram uma divisão de trabalho entre universidades públicas e privadas: investiram fortemente em pesquisa e pós-graduação das públicas e estimularam o crescimento das instituições privadas para que estas se especializassem no ensino de graduação de massa. O resultado é que o sistema público fica reduzido a 25% da matrícula do ensino superior, o que gera o efeito socialmente perverso de uma democratização do terceiro grau através do ensino pago e de baixa qualidade. (TRINDADE *apud* GENRO, 2000, p.47)

O autor conclui que a prática serviu à qualificação material do ensino privado em detrimento da expansão do ensino superior público, novamente demonstrando a hipótese de Fernandes (op. cit.) quanto à obstrução da expansão da universidade pública no Brasil.

Sob essa perspectiva, é fundamental retomar a reivindicação da greve de 1984 quanto à necessidade de democratização da universidade. Em sua tese, produzida no final da década de 1990, Genro (op. cit.) compilou testemunhos que denotam a manutenção de certos objetos da reivindicação política que teve origem na conjuntura de greves da década de 1980. Por meio de entrevistas com trabalhadores administrativos da UFRGS sindicalizados na ASSUFRGS, a autora reuniu percepções da categoria em resposta à questão “O que compõe a ideia de universidade”. Genro dividiu os trabalhadores, por suas respostas, em três grupos: o primeiro, para quem a universidade é espaço de construção de uma nova consciência do

trabalho público; o segundo, para o qual a instituição é lugar estratégico na geração de conhecimento *numa perspectiva social* (grifo meu); e o terceiro, que salientou a tensão existente entre reprodução, resistência e proposição no interior da universidade.

Dentre os argumentos aportados por cada um dos grupos, optou-se por destacar a) o envolvimento nas atividades-fim; b) o papel formador do servidor técnico-administrativo e a ampliação de seu compromisso com a defesa da universidade pública; c) a relação inexorável entre a universidade e propostas de resolução da crise social (cuja ausência manifestaria a descontextualização da instituição); d) a educação como instrumento de dominação ou de emancipação. A partir das relações construídas, a autora conclui que, para estes trabalhadores, a educação política é pressuposto da cidadania, pois propicia reflexão sobre o mundo e prática emancipadora (GENRO, op. cit., p. 77).

Considerando as reflexões demarcadas pelos servidores, e postulando sua relação histórica com o processo desencadeado na organização e interação sindical produzidas pela greve, o próximo capítulo se deterá em aspectos do projeto político enunciado pela greve.

2. SER TRABALHADOR NA UNIVERSIDADE: A GREVE DE 1984 E A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A intenção deste capítulo é abordar o trabalho de elaboração e difusão da greve de 1984 na UFRGS. Tenciona-se atingir esse objetivo por meio da análise de 51 números do Jornal da Greve dos Funcionários, editado pelos servidores grevistas. A partir desse aporte, acredita-se que será possível entrelaçar dados e o referencial teórico, abordando, especialmente, o Novo Sindicalismo. O capítulo se deterá, principalmente, sobre dois aspectos particulares: o repertório diversificado de apoiadores da greve e a abrangência da pauta.

Em 1984, a reitoria da UFRGS era ocupada por um interventor, como era costume da ditadura brasileira. Earle Diniz Macarthy Moreira, nomeado pelo ditador João Baptista Figueiredo em 1980, concluiu sua administração à frente da Universidade em 1984.

A greve teve início em 17 de maio e se estendeu até o dia 3 de agosto, percorrendo quase três meses de paralisação. Suas reivindicações iniciais, de acordo com o Jornal da Greve dos Funcionários - Informativo nº 1 (s/d), decorriam da pauta aprovada no 1º Congresso dos Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras, realizado em Natal (RN), em janeiro do mesmo ano. O Congresso foi uma iniciativa da Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra.

A pauta de greve consistia em reposição salarial de 64,8%, com pagamento retroativo até janeiro de 1984, reajuste semestral de 100% pelo índice do INPC a partir de julho de 1984¹¹ e piso salarial de três salários mínimos¹². As principais reivindicações, portanto, estavam relacionados a questões salariais específicas dos trabalhadores da Universidade. No entanto, a seguir, o jornal de greve sinalizava para a democratização da Universidade, por meio de eleições diretas para os cargos de Chefe de Departamento a Reitor (ou seja, para cargos de menor e maior atribuição) e efetiva participação dos servidores nos órgãos colegiados. Entretanto, de acordo com Maria de Lourdes Azevedo Mendonça, no relato oral concedido em junho de 2019, a primeira tarefa política da greve era “a conquista de eleições diretas na Absurgs” (informação verbal)¹³. Essa motivação será detalhada a seguir no capítulo.

11 O Jornal nº 14, de 7 de junho de 1984, destacava defasagem mensal salarial absoluta de 250%, tomando como base o Índice de Preços ao Consumidor de Porto Alegre (JGF – I nº 14, 1984, p. 1).

12 De acordo com o Jornal nº 6, de 28 de maio de 1984, 44,75% dos funcionários da Universidade recebiam um salário mínimo. Em maio de 1984, o salário mínimo foi unificado nacionalmente. Nesse momento, o valor nominal do salário era de Cr\$ 97.176,00, o que equivalia a US\$ 77. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/06/dinheiro/19.html>

13 Relato oral concedido por MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. Op. cit.

Além de um plantão permanente do comando de greve na sede da Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Absurgs, o movimento grevista também sediava, na Associação, reuniões das comissões de greve (JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO nº 1, 1984).

À semelhança de um mapeamento do capítulo, vale dizer que a análise será mediada por uma leitura geral do perfil desses jornais de greve, de modo a estabelecer os elementos presentes nas edições, no que tange às relações externas (entre grevistas e sociedade, ou universidade) e também na relação interna, de disputa pelos sentidos da organização dos trabalhadores.

Pretende-se também esboçar o projeto político do movimento, considerando os aspectos gerais em suas relações de causalidade. Nesse sentido, importa observar que a disputa pela organização estava centrada na opção por uma característica mais assistencial ou eminentemente política, conforme mencionado no capítulo 1. Sob a conjuntura de realização da greve, portanto, reiterou-se a reivindicação pela possibilidade de realização de greves por servidores públicos, tolhida pela existência da ditadura no Brasil e estabelecida já em 1964 pela Lei Antigreve (Lei nº 4.330/1964). Logo, disputou-se a continuidade de um modelo assistencial ou a ruptura em benefício da possibilidade de emergência de um modelo político.

Finalmente, será desenvolvida a hipótese principal do capítulo. Em síntese, a hipótese é a de que a greve de 1984 produziu um salto de consciência na organização coletiva dos trabalhadores da UFRGS. Além disso, a análise sustenta que a greve produziu-se pelo alargamento dos “horizontes políticos do processo de abertura” atrelado à onda de greves iniciada no final da década de 1970, tal como registra Mattos (1998). Em função disso, acredita-se que a greve tenha extrapolado o espaço estrito da universidade e das reivindicações a ela atrelados, o que permitiu aos grevistas elaborar um projeto político em diálogo com outros aspectos do processo de abertura e debate sobre a redemocratização do Brasil.

O trabalho de elaboração de uma caracterização geral dos jornais da greve de 1984 oferece, talvez, a possibilidade de um olhar privilegiado sobre a década de 1980 e a multiplicidade de sujeitos políticos que naquele momento sustentavam, a partir de perspectivas diferentes, o projeto da redemocratização. Essa observação tem por finalidade sugerir uma observação atenta daqueles que estiveram imbricados nesse processo e oferece

um preâmbulo para investigações voltadas a perceber as transformações operadas nesses sujeitos no transcurso da Nova República.

Em 1984, o movimento grevista da UFRGS angariou, gradualmente, apoios de todos os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O boletim nº 24, de 22 de junho de 1984, destaca as manifestações de apoio produzidas em sessão legislativa da ALRS pelo PDS, PDT e PMDB¹⁴, partidos com bancadas na Assembleia. Nesse caso, é interessante observar que, dentre os deputados que explicitaram apoio à greve, estão desde Carlos Araújo, do PDT, até Pedro Américo Leal, antigo membro da Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e integrante do PDS com destacada atuação em favor da ditadura. Essa manifestação, em especial, denota o interesse no controle do processo de redemocratização pelos militares, tal como demonstrado por MACIEL (1999, 2012) e discutido no capítulo 1 dessa análise. Em sua manifestação, reproduzida no jornal da greve, diz Leal:

É necessário que meu governo escute que um Deputado do seu Partido, de dedo em riste, está a criticá-lo, porque ele precisa encontrar uma solução, seja ela qual for. Não pode, absolutamente, acostumar o País a que fique tudo numa expectativa armada, em política e também em educação. (JGF – I nº 24, 1984, p. 2)

Na edição nº 11 do informativo, de 4 de junho, o, deputado Cezar Schirmer¹⁵, em nome da bancada do PMDB, lamentava a “insensibilidade do oficialismo” no tratamento dos

graves problemas que cercam o sistema educacional brasileiro, especialmente no que concerne ao corpo docente e funcionários administrativos, sem cujo trabalho não se fará cumprir o grande objetivo do ensino superior, base da formação da inteligência nacional. (JGF – I nº 11, 1984, p. 2)

Além dos representantes partidários, outros segmentos da sociedade expressaram seu apoio à greve. Integravam um espectro político que compreendia desde frações da classe dominante até intelectuais vinculados à esquerda, como o então advogado Tarso Genro,

14 O Partido Democrático Social – PDS - foi fundado em 1980 em decorrência da extinção da ARENA e representava o projeto político civil-militar. O Partido Democrático Trabalhista – PDT - foi fundado em 1979 como representação política do trabalhismo. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – foi fundado em 1980 em decorrência da extinção do MDB.

15 Cezar Schirmer atualmente ocupa o cargo de Secretário municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos de Porto Alegre, no governo de Sebastião Melo (MDB). Já atuou como Secretário da Economia Criativa da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania no governo de Jair Bolsonaro e foi prefeito da cidade de Santa Maria por dois mandatos (2009-2016). Concessões de alvarás para a boate Kiss concedidos por Schirmer resultaram na investigação do medebista por improbidade administrativa após o incêndio da boate, que ocorreu em 27 de janeiro de 2013 e resultou na morte de 242 pessoas. O inquérito foi arquivado em 2016.

membro do Partido dos Trabalhadores. De acordo com o Jornal da Greve de Funcionários nº 9, de 31 de maio, o pedágio de greve realizado pelos servidores técnicos da Faculdade de Odontologia havia contado com o patrocínio da empresa Pepsi-Cola e da empresa tabageira Souza Cruz¹⁶. Se, por um lado, a amplitude dos apoiadores pode ter relação com um amplo processo de proletarização no qual estavam incluídos os trabalhadores com instrução de nível superior, por outro, é improvável que esta circunstância não estivesse relacionada à tentativa de neutralização – ou passivização – do movimento social, conforme analisado no capítulo 1. No Jornal da Greve do dia 28 de junho, a primeira página contém a seguinte manifestação:

A constituição, que hoje vige no Brasil, são os critérios do FMI. (...) A luta não é por mais dinheiro. Não têm os funcionários a pretensão de depositantes bancários. Lutam por uma vida digna para si e seus familiares.
A nossa luta é, pois, por liberdade.
Liberdade que o povo perdeu nos idos de 1964 e que hoje lhe é prometida devolver através da expressão ‘hei de fazer deste País uma democracia’, que não chega nem a ser uma frase de efeito, pois a democracia que oferece se desfaz na espoliação estrangeira, a que foi irresponsavelmente entregue o País.” (JGF – I nº 28, 1984, p. 1)

No Jornal nº 42, de 18 de julho de 1984, o funcionário Alcides Almeida¹⁷ afirma:

E o povo não foi às ruas pensando que as diretas viriam para coroar o processo de ‘abertura’ do general Figueiredo. O povo quer as diretas porque acredita que é necessário acabar com esse regime comprometido com os banqueiros internacionais que está levando o país à miséria. O povo se mobilizou para as DIRETAS JÁ porque vê nelas um meio de alcançar suas reivindicações básicas: salário digno, emprego, moradia, alimentação. (JGF – I nº 42, 1984, p. 2)

A progressiva radicalização do processo de greve indica o conteúdo político integrado às reivindicações de cunho econômico. Por consequência disso, sugere-se que a necessidade de contenção do movimento foi manifestada tanto pelo governo – já em um momento de crise conjuntural – como por frações da classe dominante que participavam no campo de interlocução liberal, exercendo pressão sobre o governo a partir de um apoio tático ao movimento grevista.

16 No mesmo número do informativo, chama a atenção o fato de que, em 1984, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul era o deputado José Ivo Sartori, do PMDB, que veio a ser governador do Estado do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2019, atuando fortemente para a precarização dos servidores públicos estaduais. Ressalve-se aqui que a intenção desta nota é sugerir a amplitude da mudança conjuntural e individual manifestada por esta informação, entretanto, não pretendendo incorrer em anacronismo.

17 Segundo Mendonça (informação verbal, op. cit.), Alcides havia participado da organização que culminou na criação da Fasubra, junto a Décio Schauren e outros servidores da UFRGS.

Também é necessário registrar que a pauta convergia com as reivindicações da greve deflagrada pelos professores da instituição, e pelos informativos é possível verificar a integração dos movimentos no contexto analisado.

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ADUFRGS – havia sido fundada em 1978, assim como a Fasubra. É factível afirmar que a unidade de interesses entre docentes e técnicos na greve de 1984 indicava menos a existência de um projeto político único para a universidade do que o momento de crescimento da atividade sindical entre categorias antes à margem do sindicalismo, como os funcionários públicos (cfe. MATTOS, op. Cit.). Consistia, portanto, em um momento de reinauguração da organização dos trabalhadores da universidade. Nesse ínterim, a integração era percebida como uma necessidade política e tática. De acordo com o professor Diogo Onofre Gomes de Souza¹⁸, em texto publicado no Jornal da Greve dos Funcionários de 29 de maio de 1984,

Uma greve, mesmo movida por reivindicações salariais, é um ato político. É um ato político pela forma em si de reivindicação, pelo espaço de atuação que abre, pelo espírito classista que revigora, pelo desnudamento de situações cronicamente encobertas no dia a dia. É minha convicção, portanto, que esta nossa greve de agora é um ato político. Ela desnuda, claramente, a situação dos funcionários dentro da universidade. Os funcionários se constituem numa classe desmobilizada e, conseqüentemente (sic), não respeitada que, em função da greve, se mobiliza e passa a conquistar respeito. Aqui na UFRGS vejo esse aspecto como um dos mais importantes do nosso movimento. E, em função dele, sinto que esta greve pode significar um marco na vida universitária. É um segmento da ‘comunidade’ (?) universitária que cresce, se revigora, marca presença e ocupa espaços que sempre foram seus e estavam (estão) vazios ou ocupados inadequadamente. (...) Como professor, deposito nela [na greve] enormes esperanças. Somente quando os funcionários assumirem, na prática, a importância que têm de ter, conquistando-a como classe profissional, é que a universidade brasileira poderá ser o que tem de ser: uma instituição humana, progressista, atuante, corajosa e exemplar. Cabe aos funcionários decidirem: ou participam da construção de uma nova universidade ou compactuam com a manutenção desta universidade que conhecemos. Realmente estamos vivendo um momento histórico! (JGF – I nº 7, 1984, p. 1)

O excerto da manifestação denota um aspecto importante da mobilização: a elaboração da organização dos trabalhadores. Essa elaboração surgia da necessidade própria de superar a proibição à sindicalização, mas também era implicada pelas oportunidades de socialização e formação política propiciadas pelo movimento de greve. A revalorização das atividades de formação, aliás, é tomada como elemento intrínseco ao novo modelo sindical desenvolvido a partir do ciclo de greves da segunda metade da década de 1970 (MATTOS, op. Cit.).

18 Diogo Onofre Gomes de Souza é professor no Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação na área de Neurociências. Informações disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787437D4>. Acesso em 17/04/2021.

Conforme manifestação extraída do Jornal da Greve dos Funcionários de 31 de maio de 1984, “Inconstitucional é não ser permitido o direito de sindicalização ao funcionalismo público, uma vez que o artigo 166 da Constituição determina que ‘é livre a associação profissional ou sindical.’” (JGF - I nº 9, 1984, p. 1)

A partir do mesmo texto, fica demonstrada a abrangência do movimento. Produzido como crítica à afirmação da inconstitucionalidade do movimento grevista, o artigo salientava que

Inconstitucional é o governo imposto há 20 anos. Afinal de contas o artigo 1º da Constituição reza que “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”. O que se vê é o poder emanando de uma casta minoritária e sendo exercido em nome dos interesses dos banqueiros internacionais.

Inconstitucional é o não cumprimento do que é estabelecido no artigo 165 da Constituição, que “assegura aos trabalhadores salário-mínimo capaz de satisfazer suas necessidades normais e as de sua família.” Como se não bastasse o Presidente da República afirma que “daria um tiro na cabeça se ganhasse apenas o salário-mínimo”. (*idem, ibidem*)

Retomando a caracterização de Mattos (op. cit.) para o novo sindicalismo, tem-se que:

Tais demandas, que partiam das condições de trabalho e das reivindicações de natureza salarial, geravam pautas mais amplas de caráter social e político ao questionarem a lógica da legislação salarial mantidas pelo governo e a estrutura sindical que impedia a livre negociação. A consecução destas pautas levaria, enfim, a um novo modelo de sindicalismo, que pressupunha liberdade e autonomia sindicais. (MATTOS, op.cit., pp. 65-66)

Em função disso, a presença de uma crítica ao caráter assistencial do modelo associativo sintetizado pela Absurgs no caso dos trabalhadores da UFRGS, especificamente, sinalizava para uma relação de antagonismo entre a associação assistencial e o sindicato político e classista. A necessidade histórica de reivindicar o direito à sindicalização se relacionava estreitamente com essa dualidade e o caráter “pejorativo” utilizado para se referir aos propósitos assistenciais e apolíticos da associação (cfe. Mattos, op. cit.)

Esse tipo de disputa interna não foi exclusivo da categoria vinculada à UFRGS. O final da década de 1970 marcou o esgotamento do modelo assistencial também noutras universidades, como a Unicamp. Em 1978, os trabalhadores da Estadual de Campinas demonstravam descontentamento com a omissão da Assuc – Associação dos Servidores da Unicamp – e passaram a distribuir panfletos convocando os trabalhadores para discutir alternativas à associação (LOPES, PAIXÃO, 2016). Os modos pelos quais o

descontentamento foi manifestado foi semelhante ao dos funcionários da UFRGS: por meio da denúncia a práticas irregulares realizadas pela direção da Associação: normas estatutárias feridas e evidências de fraude. Em relação ao período imediatamente posterior à greve de 1984, Mendonça afirma que

Entramos na justiça porque estavam devendo muito nessa parte de convênio. (...) Estavam com títulos protestados, e os funcionários deviam.(...) Nós entramos na justiça para que a diretoria fosse investigada. Nessa ocasião (...), quem era reitor era o Ferraz, que a gente dizia que era o último reitor da ditadura. (...) Ele ficou tão apavorado porque a UFRGS ia sair no jornal, por causa do escândalo da Absurgs, que nos chamou. (...) E propôs que a gente não entrasse na justiça porque ia desmoralizar a UFRGS. Nós não aceitamos. (...) Cassaram a diretoria. E aí nós entramos com uma tal de diretoria provisória. (...) Essa diretoria provisória ficou até nós conseguirmos a eleição direta. (informação verbal)¹⁹

Como na UFRGS, na Unicamp defendeu-se, a partir da constituição de um movimento de oposição (já identificado com o sindicalismo), a independência e autonomia da entidade em relação ao Estado e também a expulsão da diretoria e a radical alteração estatutária (LOPES, PAIXÃO, op. cit.). A partir dessas reivindicações, constituiu-se a Chapa Luta Sindical, para disputar o pleito da Associação em 1979. Na UFRGS, seis anos mais tarde, a Chapa Reconstrução surgiu para uma disputa eleitoral indireta, apresentando e representando os funcionários envolvidos no movimento grevista de 1984 (BERNARDES, MENDONÇA, op. cit.). A chapa venceu o pleito e a nova diretoria, empossada em 25 de abril de 1985, foi constituída por Décio Aloisio Schauen (Presidente), Ennio Ferreira Porto (1º Vice-presidente), Alcides Almeida (2º vice-presidente), Maria Conceição Fontoura (3ª Vice-presidente) e Maria Hedy Pandolfi (4ª Vice-presidente) (ASSUFRGS, 2018, p. 16)²⁰.

O antagonismo entre associação e sindicato, longe de constituir uma expressão politicamente vazia, interferia profundamente não só na natureza da organização de classe dos trabalhadores, mas também na condição política de seus membros. Em decorrência disso, instrumentos de formação política foram utilizados sob diversas formas durante a greve de 1984. Entre as palestras divulgadas via informativo, constavam, por exemplo, “Legislação Trabalhista” (apresentada por Tarso Genro) (JGF-I nº 4, s/d), “Organização de classe dos funcionários” (sob a responsabilidade de João Carlos Bonotto, secretário da Faculdade de Educação da UFRGS) (JGF – I, nº 6, 28/05/1984), “Reestruturação da Universidade” (José

19 Relato oral concedido por MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. Op. cit.

20 Informação disponível em <https://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Dire%c3%a7%c3%b5es-Assufrgs-1922-2018.pdf>

Fachel) (*idem, ibidem*), “O papel do funcionário no ensino e na pesquisa” (Professor Paulo Finger) (JGF – I nº 12, 05/06/1984), “Salários e liquidação institucional da Universidade” (tendo por debatedores os professores Abílio Baeta Neves, do IFCH-UFRGS, e Luis Alberto Miranda, da Economia) (JGF – I nº 13, 06/06/1984), relato de reunião com a Ministra da Educação, Esther Figueiredo Ferraz, apresentado pelo deputado Ruy Carlos Ostermann, do PMDB, membro da Comissão de Educação da ALRS (JGF – I nº 16, 11/06/1984), “Democracia e saúde mental” (apresentada por Vera Stringuini, do INAMPS) (JGF – I nº 18, 13/06/1984), apresentação do “Estudo da perda do poder aquisitivo dos salários dos servidores públicos federais” (Laura Goulart Duarte, Tânia Beatriz Venzon Soirefmann, Nelson Emílio Michel – IEPE/UFRGS) (JGF – I nº 19, 14/06/1984). Além das palestras, também eram agendadas conversas com estudantes para discussão de tópicos como inserção no mercado de trabalho e instrumentos de organização do movimento estudantil.

Por estes instrumentos de formação política, é possível analisar dois fundamentos da greve: em primeiro lugar, a busca pela integração entre os diversos segmentos da comunidade universitária – discentes, docentes, técnicos. Havia, nesse intento, as finalidades de contribuir para a organização política da comunidade e o alinhamento nas pautas de mobilização. Em segundo lugar, observa-se a importância cedida à politização do funcionário. A greve de 1984, por meio de um reiterado trabalho de produção de debate político e de aproximação dos servidores a partir das representações de greve das unidades, foi uma greve eminentemente formativa.

O trabalho dos jornais informativos, sob esse aspecto, era também de grande importância. Essa conclusão se justifica pelo tratamento detalhado das informações contidas nos informativos. A edição nº 17, de 12 de junho, por exemplo, antecipava trechos do estudo realizado pelo IEPE – UFRGS, cujo debate com os autores seria divulgado dali a dois dias pelo jornal:

[os cálculos] explicam (...) a razão dos movimentos grevistas irrompidos durante o mês de maio, mostrando que os mesmos não possuem somente conotações políticas e ideológicas, mas principalmente razões práticas de sobrevivência material de toda uma classe sócio-econômica. Mesmo admitindo que a situação econômica atual exija sacrifício de todos, não podemos admitir que alguém continue a se dedicar a uma atividade quando, a cada mês que passa, seu salário não consegue cobrir nem mais suas necessidades básicas de alimentação.” (JGF – I nº 17, 1984, p. 2)

A questão salarial, a propósito, também foi objeto de palestras e atividades de greves, no esforço reiterado e permanente de mobilização da categoria para a participação nas atividades. Entretanto, como já mencionado, a ênfase na politização da categoria, e também na construção de uma pauta generalista, ou de elementos gerais, de modo a motivar a adesão de outros setores do funcionalismo, esteve presente nas discussões levantadas pelo informativo. É possível perceber essa preocupação no excerto extraído do Jornal nº 27, de 27 de junho:

Diante desta conjuntura, acreditamos que a real força do nosso movimento, hoje, é jogar peso na mobilização e adesão de outros setores do funcionalismo que ainda se mantém à margem da greve. Nessa organização e na adoção de uma linha de ação conjunta, criando, assim, uma forte consciência de classe, está o caminho da nossa vitória. Além disso, o piqueteio de greves em todas as partes do País mostra, claramente, a onda geral de insatisfação que tomou conta da classe trabalhadora e, até, da classe média, que está se proletarizando. (JGF – I nº 27, 1984, p. 1)

A greve de 1984 terminou sem ganhos objetivos. O Jornal da Greve de 31 de julho, às vésperas do fim da greve, reproduziu um trecho de editorial publicado pelo Jornal Folha de S. Paulo:

A única explicação racional para a exigência do retorno ao trabalho antes do início de qualquer forma de negociação é o obsoleto conceito de um imperativo de ordem disciplinar. É preciso primeiramente submeter o interlocutor, para depois dialogar. Derrotá-lo, para então fazer concessões. Resíduos evidentes de um agonizante autoritarismo que procura exibir sua força no segmento da sociedade que não tem condições para reagir, pois os efeitos de uma greve na educação não trazem incômodos maiores ao Poder e têm consequências para a sociedade apenas a longo prazo. (JGF – I nº 51, 1984, p. 1)

A condição “agonizante” do autoritarismo, apenas em parte verificável – considerando a solução efetivada pelo campo de interlocução liberal e a participação ativa dos militares na transição -, propiciou a justificativa para o sufocamento da greve. Por outro lado, Bernardes e Mendonça (1986) sustentam que o principal saldo da greve foi o início da organização própria dos funcionários. O diagnóstico do ganho subjetivo encontrou respaldo noutros participantes. No Jornal nº 48, de 26 de julho, Lídia Castilhos Ardohaim²¹, outra educadora do projeto de

21 Lídia Castilhos Ardohaim era servidora lotada na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. No Projeto de Alfabetização, foi a responsável pela turma lotada no Restaurante Universitário. Lídia foi uma das vítimas fatais do acidente de ônibus ocorrido em 21 de novembro de 1994, no qual morreram 13 servidores da UFRGS, Informação disponível em <https://www.assufrgs.org.br/2014/11/19/homenagem-aos-falecidos-no-acidente-do-consistest-ocorre-dia-2111/>.

alfabetização que viria a se concretizar, vislumbrou ganhos qualitativos no processo em retrospecto:

Neste ano, a UFRGS completará meio século de existência e, para surpresa de muita gente, foi sacudida por uma explosão de reivindicações de funcionários, professores e alunos. A atual crise fez com que nós, funcionários, começássemos a entender o verdadeiro papel que desempenhamos dentro da Universidade.

Iniciamos por deixar de lado aquela infeliz idéia (sic) de meros serviçais ou seres impensantes como éramos considerados por alguns professores. Chegamos a um tal grau de discernimento e compreensão que, até mesmo, passamos a acreditar no nosso potencial de trabalho. Ao percebermos isso, nos deparamos, boquiabertos, com a barata mão-de-obra que estávamos desenvolvendo. Passamos, então, a divulgar nossa baixa remuneração. Saímos às ruas e denunciemos a política salarial do Governo. Falamos no FMI, na sucessão, no Decreto 2065²², na Lei João Calmon²³.

Depois de toda essa barulheira chegamos, finalmente, ao ponto nevrálgico da questão. Na verdade, era o que mais estava nos incomodando.

A morte da Universidade Pública e gratuita nos deixou perplexos. Diante disso, até mesmo um projeto de equiparação salarial se tornou menos trágico. Passamos a defender a Universidade como verdadeiros guardiães (sic), cientes de nossa responsabilidade em preservar um patrimônio que, afinal de contas, nos pertence, aqui no RS, há 50 anos.

Nesse triste processo de regressão cultural, ficamos atentos aos engodos do Governo que, até agora, só tentou mascarar o nosso movimento. Insistimos para que se estenda a todos os brasileiros, sem distinção de classes sociais, o sagrado direito de estudar.

Mesmo com a ameaça de corte de salários estamos de parabéns. Conseguimos nos libertar do antigo sentimento de covardia e deixamos de pertencer a turma do esparadrapo na boca. (JGF – I n° 48, 1984, p. 2)

O argumento sintetiza o aspecto político das reivindicações e também o incremento propiciado pela greve à politização da categoria, o que se optou por chamar de salto de consciência. Esse salto, em síntese, significou o processo de politização da categoria, em particular, e da comunidade universitária em específico. É possível associá-lo a um processo de ampliação do escopo de reivindicações, que se desloca de um espaço “imediato”, como o de um ganho salarial, por exemplo, para um espaço de afirmação de proposição política mais geral. Retornando a Antunes e Mattos, diz respeito à afirmação de que uma greve na

22 Decreto-lei 2065, de 26 de outubro de 1983. Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda, Dispõe sobre o Reajustamento dos aluguéis Residenciais, sobre as Prestações dos Empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação, sobre a Revisão do Valor dos Salários, e dá outras Providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2065.htm

23 Projeto de Lei n° 4.504, de 1984, tornado Lei Ordinária 7348/1985. Dispõe sobre aplicação de recursos provenientes de arrecadação tributária para manutenção e desenvolvimento do ensino. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7348.htm#:~:text=LEI%20No%207.348%2C%20DE,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=176%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.

conjuntura do novo sindicalismo, mesmo quando eminentemente econômica, se propunha política por atacar a política da ditadura²⁴.

O somatório entre a disputa interna pela construção de uma alternativa sindical à forma da organização dos trabalhadores, o esforço pela generalização da mobilização política – progressivo também à medida que a greve se estendia – e o trabalho de conscientização política dos servidores da UFRGS culminou em um amplo projeto de greve que, por sua vez, nutriu o projeto político sindical desses trabalhadores. É nesse sentido, fundamentalmente, que se acredita que a greve de 1984 tenha sido o elemento desencadeador da idealização do Projeto de Alfabetização de Funcionários, efetivado dois anos depois.

24 Evocando uma discussão clássica, também é factível lembrar Lenin, para quem a "elevação da atividade da massa operária" será possível unicamente se não nos limitarmos à "agitação política no terreno econômico". Ora, uma das condições essenciais para a extensão necessária da agitação política é organizar as revelações políticas em todos os aspectos. Somente essas revelações podem formar a consciência política e suscitar a atividade revolucionária das massas" (Lenin, 1977,p. 38).

3. O PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS: PAULO FREIRE, FAZER-SE EDUCADOR

Neste capítulo, pretende-se detalhar o Projeto de Alfabetização de Funcionários, desenvolvido entre 1986 e 1987 pela Absurgs. Para isso, será utilizado documento produzido por Jacira Gil Bernardes e Maria de Lourdes Azevedo Mendonça, respectivamente bibliotecárias da Faculdade de Educação e da Biblioteca Central da UFRGS. Jacira e Maria de Lourdes integraram o grupo de proponentes que organizou o projeto e participaram da iniciativa como alfabetizadoras. As duas compunham, na época, o Departamento de Cultura da Absurgs. Em função disso, o capítulo também utilizará como fontes o relato oral de ambas, registrado em junho de 2019.

Além de caracterizar o projeto a partir das fontes, este capítulo tem por objetivo analisar a escolha do referencial freireano para o desenvolvimento das atividades de alfabetização. Acredita-se que este referencial não só tenha aportado instrumentos teórico-metodológicos adequados à consecução do projeto, como também tenha oferecido aos alfabetizadores uma possibilidade de perceberem-se enquanto sujeitos ativos e uma chancela para considerarem-se educadores. Noutros termos, a análise sugere que Paulo Freire tenha contribuído na constituição de educandos, por meio do instrumento teórico-metodológico, e na constituição de educadores. Assim, a opção por Freire qualificou o perfil dos funcionários voluntários que se dispuseram a alfabetizar seus colegas.

O Projeto de Alfabetização de Funcionários serve também, acredita-se, de síntese do movimento grevista desencadeado em 1984. O movimento, afinal, redundou no desenvolvimento e vitória política da chapa Reconstrução, que visou à reorientação política da organização dos servidores técnicos da UFRGS. Quanto aos horizontes abertos pela greve e a oportunidade de reconhecimento da categoria, salientam Bernardes e Mendonça (1986):

O movimento grevista oportunizou um contato maior entre os funcionários da UFRGS. Durante a greve, as atividades realizadas de discussões, debates, conferências e outras, aproximaram os funcionários permitindo um maior conhecimento de nossa realidade.

Dentro da universidade, onde se forma a intelectualidade brasileira, existem funcionários que não lêem (sic) e não escrevem. Eles são os que também dão condições para que uma universidade funcione, abrindo portas, limpando salas, fazendo comida para o Restaurante Universitário e construindo prédios. (BERNARDES, MENDONÇA, op. cit., pp. 1-2)

É importante demarcar alguns aspectos dessa intenção. Em primeiro lugar, retomando o repertório do novo sindicalismo, percebe-se pelas autoras a proeminência da atividade formativa dentro da organização dos trabalhadores – nesse momento, já em vias de tornar-se Assufrgs -, a necessidade de influir sobre a formação política do trabalhador. A partir do diagnóstico da proletarianização desses trabalhadores, cuja decorrência, para alguns, foi o fato de chegarem à idade adulta sem terem sido alfabetizados, os sujeitos ativos no interior da Absurgs ratificaram a alfabetização como ferramenta de formação política²⁵. Aliás, de modo muito objetivo, uma vez que negar ao sujeito o processo de letramento é, em última instância, um fator significativo de incremento da exploração.

Além disso, vale salientar a interação entre os objetivos perseguidos nessa fase de organização proto-sindical e o papel formador mencionado pelos sujeitos entrevistados por Genro em sua tese. Assumindo que alguns dos entrevistados tenham sido participantes na conjuntura de greve e recomposição da organização dos trabalhadores, é factível afirmar a manutenção da premissa formadora do técnico-administrativo.

Em segundo lugar, é válido remeter à Fernandes e sua análise quanto ao processo de progressivo assalariamento do sujeito graduado no Brasil. Isso porque, por um lado, o perfil das autoras da fonte é esse. Nesse sentido, são duas mulheres egressas do ensino superior cuja formação política reproduziu-se no interior de um processo de greve, ou seja, em um contexto de efetiva experiência política do assalariamento, como sugerido anteriormente. Por outro lado, a progressiva ocupação dos postos de trabalho na universidade por sujeitos graduados exacerba o contraste existente em relação aos trabalhadores analfabetos diagnosticados pelo movimento, além de marcar seus espaços de atuação (vide a citação).

A alfabetização como momento de formação política é destacada a seguir:

Ao iniciar a nova gestão [da Absurgs], 06 funcionários se dispuseram a organizar um grupo de estudos sobre alfabetização de adultos, com a finalidade de obter informações para que se iniciasse um curso de alfabetização para os funcionários, tendo como objetivo o crescimento individual e cultural de nossos colegas, *visando sua integração na comunidade universitária e na sociedade brasileira* (grifos meus). (BERNARDES, MENDONÇA, op. cit., pp. 2-3)

25 Perceber que o trabalhador referido pelas autoras é, atualmente, também um trabalhador terceirizado e tolhido da possibilidade de organizar-se politicamente, sob pena de assédio moral, demissão e outras sanções, é mais um elemento de comprovação do histórico e reiterado processo de contenção da universidade pública no Brasil, discutido no capítulo 1 deste trabalho com base em Fernandes e Trindade.

Segundo as bibliotecárias - educadoras Bernardes e Mendonça, 32 alfabetizandos e três alfabetizadores compuseram a primeira turma atendida pelo projeto, entre abril e dezembro de 1986. Havia, naquele momento, a projeção de criação de mais uma turma com 15 estudantes (*idem, ibidem*, p. 4). Entretanto, já na ocasião de apresentação do projeto, as bibliotecárias-educadoras manifestavam preocupação quanto à continuidade do trabalho, em função do interesse dos alfabetizandos e do comprometimento das pessoas e instituições envolvidas (*idem, ibidem*, p. 6). Na figura 1, vê-se reportagem produzida a respeito do projeto pelo jornal ABSURGS – Órgão de divulgação da Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ABSURGS, 1987, p. 3).



Figura 1 -Reportagem sobre o Projeto de Alfabetização de Funcionários

Retornando à fase preparatória, o momento seguinte na formulação do projeto foi o de acesso ao referencial freireano e à experiência de alfabetização de funcionários realizada no âmbito da Universidade Federal de São Carlos. A percepção da existência de uma relação intrínseca entre educação e política foi reforçada pelo contato com a bibliografia. Aos alfabetizadores “técnico-políticos”, eram atribuídas as tarefas de ensinar a ler e a escrever *conscientemente*, para que houvesse posicionamento como “ser social, que se organiza para buscar a superação em que se encontra dentro da sociedade em que vive” (*idem, ibidem*, p.5). A afirmação encontrava respaldo na recomendação de Paulo Freire a que a alfabetização fosse tratada como ato de criação do sujeito. Para o autor, alfabetizar-se implica temporalizar-se. Segundo uma concepção de tempo histórico, ou tempo não-alienado – noutros termos, uma apropriação política do tempo, o processo de alfabetização precisava considerar também a apreensão das causalidades autênticas da realidade (FREIRE, 1975a, p. 105). Freire recomenda que “na alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânica e memorizada, o que se há de fazer é proporcionar-lhes que se conscientizem para que se alfabetizem” (*idem, ibidem*, p. 120).

Portanto, antes de mais nada, era necessário reconhecer a situação de cada um dos educandos. Em conformidade com o pensamento freireano, era preciso perceber o tema para identificar a tarefa (FREIRE, 1975b). A existência histórica dos temas, sua maneira dada por uma situação determinada, são manifestados por Freire ao dizer que “Os temas existem nos homens” (*idem, ibidem*, p.116):

sendo os homens seres ‘em situação’, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sua própria situacionalidade, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. (...) Os homens são porque estão em situação. (*idem, ibidem*, p. 119)

Entretanto, o autor ressalva que os temas podem estar imersos numa situação-limite, ou seja, em sua forma meramente aparente, e é preciso decodificar as situações existenciais de modo a apreender os temas geradores em sua materialidade.

Munidos do referencial freireano, educadores e educandos se encontraram na situação de aprendizagem propiciada pelo Projeto de Alfabetização. Para os educadores, sugere-se que a intenção tenha contribuído a uma desnaturalização dos educandos. Para os educandos, visava proporcionar o contato com a elaboração ou reelaboração política. Pela imbricação

com o método freireano, interessado em “trabalhar em cima da realidade das pessoas” (informação verbal)²⁶, optou-se pela utilização de temas geradores. A esse respeito, Bernardes explicou:

Fiz várias descobertas. Quando eu resolvi trabalhar, pensei: o vocabulário delas... tinha pessoas que eram do Bambas da Orgia (...) tentei assim, ir trabalhando dentro... lembro que com a letra Q era quesito, que é coisa de escola de samba, os quesitos que eles avaliam. Essa palavra ficou. Buscava a palavra, conversava com elas antes, apresentava a palavra (...) Eu descobri assim: as pessoas adoravam receber estrelinha, mesmo que isso não fosse “ai, mas a minha netinha recebe estrelinha quando faz direitinho”. Eu tinha que também me adaptar à realidade delas. As pessoas também querem aquela coisa tradicional que não tiveram quando eram crianças. Um dia eu descobri – Casa do Estudante ali – que as pessoas nunca tinham ido ao Parque da Redenção. Pessoas com 40, 50 anos. Conheciam da UFRGS a Reitoria, por causa do Departamento de Pessoal. E só. Aí um dia eu combinei que a gente ia fazer naquele horário da aula, que era de manhã, umas três horas de aula, um passeio e depois um piquenique na Redenção. Vim de lá [da Casa do Estudante] dizendo “Aqui é o prédio da Arquitetura, arquiteto é isso”. Trabalhando na universidade [há] milênios, as pessoas não conhecerem né. A gente foi indo, chegamos na Reitoria, depois atravessamos e fomos pra Redenção. Inacreditável. As coisas que eu aprendi foram muito maiores, da realidade da vida das pessoas, tipo assim, “minha filha é viúva, o marido dela foi assassinado”. As pessoas falam assim, como se “ele comeu arroz e feijão no almoço”. Era uma realidade bem diferente da minha. (*idem, ibidem*)

O estranhamento produzido no contato com os educandos demonstra, em certa medida, o rompimento com uma perspectiva idealística sobre o colega funcionário. Assim, acredita-se que a prática do projeto também tenha produzido consequências no sentido de incrementar a já mencionada experiência política do assalariamento. Por um lado, a prática influenciou sobre o reconhecimento dos trabalhadores, em sua categoria comum e em sua heterogeneidade – ou nos graus de proletarização a que uns e outros eram submetidos. O que se percebe pelo excerto é a experiência comum de ser trabalhador da universidade, mas também a diversidade entre o trabalhador graduado, de perfil técnico, e o trabalhador de baixa escolaridade, inclusive analfabeto, e situado nos postos de trabalho menos especializados. Por outro, o projeto incrementou e ofereceu subsídios à elaboração do projeto político sindical do período, partindo da necessidade de identificar a categoria e intervir sobre necessidades não meramente salariais.

Se é possível, por meio do Projeto de Alfabetização, perceber a intensificação desse processo de reconhecimento da categoria, também é necessário afirmar que essa identificação ocorreu na conjuntura da greve de 1984. Maria de Lourdes Azevedo Mendonça afirmou que o

26 Relato oral concedido por BERNARDES, Jacira Gil. [jun. 2019]. Op. cit.

processo de “inclusão” dos trabalhadores começou nesse momento, por meio da representação de funcionários do setor de Obras da Universidade no Comando de Greve. A informação é confirmada por Bernardes:

Muitas [trabalhadoras] tinham participado da greve, muitos, todo mundo. Acho que começou assim como uma espécie de conscientização de tudo, porque a gente também conversava com as pessoas, a gente também levava material da Assufgrs e distribuía. Não tinha como não fazer o trabalho paralelo no momento que a gente tava, a situação que tava todo mundo. (informação verbal)²⁷

Essas reflexões indicam que tanto o período da greve de 1984 como o momento de desenvolvimento do Projeto de Alfabetização contribuíram para a elaboração e incremento da consciência da classe e é sob esse prisma que interessa retomar a ideia de uma experiência política do assalariamento. Para Thompson (1981), alguns aspectos devem ser relevados no que diz respeito à classe social. Dentre eles, a noção de que a classe é um “vir-a-ser” no tempo. Desse modo, o autor implica a ideia da classe enquanto decorrência da experiência da classe. Também é importante salientar que, segundo Thompson, há uma qualidade relacional na existência da classe (portanto, a classe não é tomada como mera função do modo de produção). A partir dessa perspectiva, é possível tomar a consciência como processo de elaboração indissociável da experiência da exploração (ou do assalariamento). A práxis, portanto. Em síntese,

a experiência seria um fenômeno determinado, enquanto a consciência, um processo mais aberto, não determinado *a priori*, pois necessitaria da identificação de experiências comuns entre os trabalhadores e a reelaboração delas no âmbito político (partido, sindicato, etc.) e cultural (sistema de valores, ideias e tradições). Cabe ressaltar, ainda, o aspecto *relacional* da perspectiva de Thompson (e de muitos outros marxistas), pois, para ele, as classes só existem *em relação*, ou seja, uma não existe sem a outra. (MELO, 2019, p. 19)

É sob esse prisma que se define a experiência política do assalariamento como um processo de reelaboração da experiência comum dos trabalhadores da educação. Em Freire, encontra-se apoio para afirmar que essa experiência foi uma experiência *de* conhecimento, considerando que o autor sustenta que o conhecimento sobre o qual não se opera elaboração ou reelaboração não constitui sabedoria (FREIRE, 1975a). Acredita-se que esse processo de reelaboração tenha se dado a partir do diagnóstico realizado no âmbito da socialização intensiva e organização política produzidas no período da greve. Igualmente, acredita-se que

²⁷ *Idem, ibidem.*

essa reelaboração tenha sido suscitada pelo reconhecimento da necessidade da complexificação da experiência comum como um ponto de partida da elaboração da consciência da categoria a partir da prática do Projeto de Alfabetização. Esta afirmação refere, principalmente, o estranhamento produzido no âmbito do Projeto, a partir das diferenças identificadas no interior da categoria, e de uma conseqüente desnaturalização, e, a seguir, a tomada de decisão no sentido de propiciar um ponto comum por meio da alfabetização/formação política.

Os dois momentos, em conjunto, forneceram elementos para alimentar o projeto político que visou à reorganização da categoria, durante a década de 1980. A isso se somaram dados gerais da conjuntura, como os novos modos do fazer sindical e a generalização do debate sobre o tipo de democracia desejada para o Brasil em transição. Por uma questão de limitação das fontes, não se pode afirmar que o projeto tenha tido êxito na produção de uma práxis libertadora pelos educandos a partir de uma efetiva leitura da palavra. Infelizmente, também não foi possível encontrar dados que respaldassem uma análise do perfil dos educandos atendidos pelos projetos. O que se sabe, a partir dos depoimentos utilizados nessa análise, é que sua localização, dentro da Universidade, equivalia aos cargos de maior desvalorização e precarização, especialmente nos setores de Obras, limpeza e Restaurante Universitário. Trabalhos que, não por coincidência, são hoje exercidos por funcionários terceirizados.

Se não é possível ratificar a produção de uma práxis transformadora pelos educandos é, por outro lado, afirmado pelas educadoras que: “Eles reconhecem aqueles dias, aqueles anos em que estivemos com eles, que eles assimilaram, deixaram de ter medo, leram algumas coisas. (...) Se eles se alfabetizaram eu não sei te dizer, mas que eles foram outras pessoas, mais alegres pra vida” (informação verbal)²⁸. Mendonça diz ainda que os educandos se engajaram nas lutas da categoria, ainda que não em partidos políticos.

Logo, acredita-se que a leitura de mundo dos educandos tenha sido afetada pela prática, fundamentalmente no que tange à reflexão de Freire sobre o modo de fazer pedagogia: “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1975b, p. 32). De acordo com Bernardes,

28 Relato oral concedido por MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. Op. cit.

Alguma palavra eu também usei... de Luta. Luta, quando foi o L, porque aí a gente também discutia, é toda essa metodologia de conversa, de conhecer a realidade delas. Tentava trabalhar e conversar também: era um pouco educador, um pouco ser político. Elas eram, acho, sócias da Assufrgs, participavam dos movimentos também. Era duro isso. Quem trabalha na Casa do Estudante, na limpeza, pessoal do RU também, era duro. (informação verbal)²⁹

Em função disso, é razoável indicar que o projeto, concebido como uma prática de formação política, tenha cumprido seus objetivos, pelo menos em parte. Primeiro, no sentido de que identificou os sujeitos a partir de um contexto de greve. Em 1984, teve início a dialogicidade da educação, por meio da investigação temática (cfe. FREIRE, 1975a). Para o autor, a dialogicidade é inaugurada pelo preparo do que vai promover o diálogo. Freire explica que, noutros termos, isso significa que o conteúdo do diálogo deve preceder o conteúdo programático. A atribuição do educador, nessa relação, é devolver, de forma organizada, sistematizada e incrementada, os elementos trazidos pelos educandos em forma inestruturada (FREIRE, 1975b).

O Projeto de Alfabetização, portanto, não inaugurou a formação política ou ato educativo de educadores e educandos. Em segundo lugar, já no período de realização do Projeto, seguiu-se o empenho de reflexão sobre a condição dos educandos (e dos educadores, aliás, remetendo à condição relacional da experiência da classe e na classe, de acordo com Thompson). A dialogicidade pedagógica, nesse momento, não incorreu no risco de ser mero ativismo, mas esteve associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (FREIRE, 1975b, p. 56).

O referencial freireano contido nessa análise, de todo modo, não implica o não-reconhecimento do debate proposto pela pedagogia histórico-crítica (principalmente em SAVIANI,). É importante destacar, primeiramente, o lugar comum em que se encontram Freire e Saviani, no que diz respeito a tomar a educação como instrumento articulado ao interesse popular e orientado para a transformação social. Além disso, os dois autores enfatizam a tomada de consciência ou a não-alienação como aspectos importantes da prática pedagógica. Para Freire, a liberdade como movimento dos homens inconclusos, que opera no sentido de sua humanização, de sua ontológica vocação para *ser mais* (FREIRE, 1975b). Para Saviani, a produção da humanidade em cada indivíduo (SAVIANI, 2011).

Esse lugar comum culmina, no entanto, em orientações diferentes. De modo muito resumido, Saviani pontua o idealismo contido na “dialética da consciência” de Freire, “pelo

29 Relato oral concedido por BERNARDES, Jacira Gil. Op. cit.

qual dialética é concebida como relação intersubjetiva, como dialógica” (op. cit., p. 61). O autor, em sua proposição, concebe que a educação se especifica, distinguindo-se da política, por tratar-se de uma relação entre contrários não-antagônicos: “a educação é, assim, uma relação de hegemonia alicerçada na persuasão (consenso, compreensão)” (SAVIANI, 2008, p. 71). A existência de uma hegemonia não estava objetivamente colocada em Freire, ainda que este tenha identificado educadores como lideranças e educandos como massas. A discussão de uma potencial hegemonia sobre o ato educativo situava-se no sentido de sua negação, ou da superação da contradição entre educador e educando (FREIRE, 1975b), em função da constituição de uma relação de horizontalidade entre educador e educando (no decorrer do ato educativo, é preciso enfatizar).

Noutro ponto, Saviani destaca o que talvez seja a principal diferença entre os autores. Para ele,

A função política da educação cumpre-se na medida em que ela se realiza como prática especificamente pedagógica. (...) se a educação for dissolvida na política, já não cabe mais falar de prática pedagógica restando apenas a prática política. Desaparecendo a educação, como falar de sua função política? (*idem, ibidem*, p. 72)

Por consequência dessa afirmação, o autor salienta o politicismo contido no referencial teórico-metodológico da obra de Freire, para o qual, a educação teria como finalidade primeira o reconhecimento dos sujeitos em sua condição de opressão. Nesse sentido, haveria uma possível secundarização da especificidade pedagógica da educação, conforme Saviani, esvaziando-se sua função política real.

Dito isso, e pontuando-se a importância da crítica operada desde a pedagogia histórico-crítica, vale justificar a escolha pelo referencial freireano. Por um lado, a opção deveu-se à necessidade de compreender a situação teórico-metodológica do próprio objeto de análise. Uma vez que o Projeto de Alfabetização de Funcionários baseou-se na obra de Paulo Freire, tornou-se elementar relacionar o objeto a sua definição teórica.

Por outro lado, é preciso reforçar a importância desse referencial no sentido de possibilitar o reconhecimento dos alfabetizadores enquanto educadores. Ademais, a característica geral da relação constituída entre educadores e educandos, nesse caso específico, era a de funcionários inseridos em uma mesma categoria. Remetendo ao momento de estranhamento e desnaturalização da prática do projeto, é possível observar, inclusive, uma possível intenção de diluir a hegemonia que, a princípio, separaria educadores e educandos.

Tratou-se, para além de seus objetivos eminentemente pedagógicos, de um projeto orientado para o reconhecimento da categoria, para a dialogicidade postulada por Freire.

Isso implica considerar as limitações aportadas por Saviani em relação ao construto freireano, especialmente no sentido de que talvez não tenha havido, no âmbito do projeto, um trabalho plenamente eficaz em sua finalidade alfabetizadora. Entretanto, como já se afirmou, essa importância esteve associada à prática da formação política e da constituição de uma experiência comum da categoria, mediada pela experiência política do assalariamento – especialmente no deslocamento a que foram submetidas as e os educadores, graduados e com cargos mais técnicos. Freire retoma Álvaro Vieira Pinto, para quem o método deve ser entendido enquanto consciência materializada. Com base nessa perspectiva, Freire afirma que

Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes.” (FREIRE, 1975b, p. 61)³⁰

Finalmente, é necessário salientar que neste caso não havia uma relação de exclusão ou substituição de uma perspectiva pedagógica por outra. Isso se devia ao fato de que os próprios educadores vinculados ao Projeto de Alfabetização compreendiam os limites da iniciativa. Significa dizer que a intenção especificamente pedagógica do projeto era propiciar o letramento básico, de modo que “após os dois anos do projeto eles conseguissem estudar numa escola. (...) A ideia era prepará-los para que eles entrassem numa escola de primeiro grau e de segundo grau” (informação verbal)³¹. Logo, não se pressupunha que o projeto pudesse esgotar a aprendizagem da alfabetização; ele era compreendido muito mais como um propulsor do processo de aprendizagem dos educandos, estimulando seu ingresso no sistema de ensino básico.

30 É interessante observar também uma possível associação entre o ato educativo e o ato de comunhão social, predicado presente nas Comunidades Eclesiais de Base. Essa possibilidade refere-se à relação estreita de Paulo Freire com o movimento identificado com a Teologia da Libertação, no qual a síntese dialética está presente na sequência ver-julgar-agir (ver VIGIL, 2006).

31 Relato oral concedido por MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi mediado pelo meu trabalho enquanto responsável pela catalogação e guarda de acervo do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs Sindicato - CEDEM/ASSUFRGS, entre junho de 2018 e julho de 2019. O rico acervo da Assufrgs encontrava-se disperso e não-sistematizado, em função da inexistência, até aquele momento, de uma política de gestão documental, lacunas na documentação e imprecisão na caracterização dos documentos existentes, tal como apontam Araújo e Freitas (2012). Em parte, os problemas puderam ser atribuídos à própria dinâmica de recebimento e guarda dentro de um sindicato, relacionada às atividades não estáticas ali desenvolvidas (*idem, ibidem*). Um acervo vivo, portanto.

Na medida em que o trabalho se realizava, localizei documentos referentes à greve de 1984 e passei a investigar, especificamente, o Projeto de Alfabetização, já de início interessada em perceber os nexos entre a greve e a ação proposta pelos trabalhadores. Importante dizer que, após seu período de realização, a iniciativa foi assimilada pela UFRGS, estimulando a criação do Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores – PEFJAT.

Desse modo, esta análise atendeu a um interesse constituído no âmbito do trabalho junto ao acervo do Cedem, mas teve como finalidade, também, servir de estímulo para que se conheça o acervo disponibilizado. Sabe-se, em concordância com Araújo e Freitas, que um dos desafios no plano institucional dentro de um sindicato é proteger o amadurecimento das políticas documentais, mesmo diante da possibilidade de uma mudança nas políticas de trabalho e de coordenação. Considerando esse aspecto, esse trabalho pretendeu fincar uma bandeira de reconhecimento do Cedem, de modo a preservar sua existência e relevância para a categoria.

Dito isso, acredita-se que as duas principais conclusões possíveis pela análise foram a de que os processos desencadeados na conjuntura da greve e de desenvolvimento do Projeto de Alfabetização contribuíram para a identificação e elaboração da consciência da categoria e, de modo particular, que o referencial freireano serviu para consolidar ou qualificar essa experiência política do assalariamento a partir da prática de reconhecimento dos participantes da categoria, enquanto educadores, educandos e, principalmente, trabalhadores com reivindicações próprias.

Não se pretendeu defender a capacidade de a educação assimilar a política ou vice-versa, procurando atender ao alerta de Saviani (2008). No entanto, pretendeu-se defender as tarefas políticas cabíveis à educação tomada especificamente como motor de produção e reprodução da classe/categoria. O diagnóstico do analfabetismo entre os trabalhadores da UFRGS serviu a que o projeto político posto em curso após a greve considerasse o processo de letramento como prioridade política. É possível abordar os limites dessa experiência no que diz respeito à alfabetização dos educandos atendidos – aliás, inclusive porque não foi possível localizá-los para que fossem ouvidos no âmbito da análise. Mas, acredita-se, não houve um mero assimilacionismo da educação pela política, ainda que a prática tenha servido à elaboração política da categoria.

A década de 1980, década de passivização do movimento social, mas também de sua profusão, década de fundamentação do projeto neoliberal posto em prática nos anos posteriores à edição da Constituição de 1988 e da retomada de eleições diretas, demonstra que não há outra possibilidade que não ser radical no Brasil. Tótorá (1999) lembra Florestan Fernandes, para quem “O ‘quantum de socialismo’ que as classes trabalhadoras e exploradas conseguirem incorporar na sua luta, a despeito de todas as resistências burguesas, define o ‘quantum de democracia’ que se pode alcançar sob o regime de classes” (TÓTORA, 1999, p. 120). Para o processo de transição, Florestan recomendava “o desafio à desobediência civil sistemática e generalizada” (FERNANDES *apud* TÓTORA, op. cit., p. 121). O autor cria nas possibilidades do movimento social. A sociedade brasileira, afinal, encontrava-se “grávida de uma revolução social” (*idem, ibidem*, p. 122) desde a diluição da abolição da escravatura pelos arranjos oligárquicos.

A análise do objeto aqui apresentado contribuiu e contribui largamente para essa reflexão, tanto pelo referencial geral vinculado ao materialismo histórico-dialético marxiano, em sua busca pelas determinações estruturais que fundam e embasam a situação de um objeto/processo histórico, como pelo acesso ao debate particular travado entre as perspectivas de Paulo Freire e Dermeval Saviani. Se não coube detalhar o debate nos limites desse trabalho, essa discussão, certamente, contribuiu para minhas reflexões em relação aos sentidos com os quais quero orientar minha experiência docente.

Aliás, foi pela leitura de Florestan Fernandes que me senti estimulada a apresentar-me neste trabalho. Imediatamente depois da experiência junto ao Cedem, comecei a lecionar, primeiro no Ensino Superior, depois na Educação Básica. Infelizmente, minha trajetória até

aqui como professora foi majoritariamente perpassada pela pandemia de Sars-Cov-2. Sob o estímulo das reflexões a respeito das tarefas políticas atreladas à educação, que não coincidentemente criou nexos históricos entre o objeto de análise e a experiência docente, passei a submeter minha prática a um exame detido dos seus produtos ou potenciais políticos.

Hoje, enquanto professora da educação básica, e à luz e (pretendida) semelhança da análise materialista traçada por Florestan Fernandes para a situação histórica da universidade latino-americana, tenho me perguntado: para que serve a escola básica?

Neste espaço, reforço a necessidade de pensar as determinações em relação à educação como espaço de socialização e formação política no âmbito sindical. Porém, também em sua condição de produtora, reprodutora ou transformadora de privilégios sociais, a partir do embasamento em Fernandes, e tomando a realidade de uma universidade recente, descentralizada e distante de centros de produção acadêmica, com público de maioria trabalhadora e com dificuldades históricas de acesso ao ensino superior público, como no caso da instituição em que trabalhei, a Unipampa – Campus São Borja.

E finalmente, pensar a educação no que diz respeito ao espaço escolar, as motivações do estímulo e reiteração ideológicos em relação à desvalorização do professor (além da desvalorização salarial e outros aspectos imediatamente econômicos) e à insistência quanto ao retorno das aulas presenciais, por meio do ensino híbrido, em sua condição determinada e material, e definitivamente não meramente perversa, idealística ou discursiva.

Acredito que este trabalho tenha cumprido seus objetivos, apesar dos limites colocados pelas lacunas em relação às fontes ou mesmo das faltas objetivamente relacionadas a mim e às condições de realização. Por um lado, ele ofereceu um parâmetro de conexão entre a greve de 1984 e suas decorrências, tomadas enquanto sínteses de um projeto político alternativo e relacionado a uma oposição sindical com características que permitiram sua inclusão ao referencial do Novo Sindicalismo. Situar historicamente o objeto permitiu demonstrar a validade do referencial escolhido e demonstrar as determinações com os quais se relacionou. Orientar a análise por uma consideração relacionada a tomá-la enquanto processo de elaboração da classe/categoria também oportunizou a reflexão sobre as motivações vinculadas à escolha do referencial freireano, tanto no que disse respeito aos educandos, como no que disse respeito aos educadores. Vincular os processos, a fim de compreender os aspectos fundantes da experiência explicitamente sindical no âmbito do funcionalismo público integrado à UFRGS e demonstrar os elementos que caracterizaram a emergência do

sindicato, situada na transformação da Absurgs em Assufrgs e em seus antecedentes imediatos, serviu ao propósito de pensar as práticas políticas dessa organização e a conjuntura que a embasou, livrando a década de 1980 de ser unilateralmente uma década perdida – talvez, uma década sequestrada, mas cujo encarceramento não extinguiu o acúmulo político de processos como o aqui analisado.

Por outro lado, foi possível instrumentalizar a análise para um diálogo ativo e permanente com meu próprio itinerário intelectual. Esse estudo percorreu não só o caminho de análise comum a um objeto de pesquisa, mas também um caminho próprio e ativo a partir das inflexões da minha trajetória enquanto professora e pesquisadora.

FONTES

Relatos orais:

BERNARDES, Jacira Gil. **Relato oral**. [jun. 2019]. Interlocutora: Fernanda Feltes. Porto Alegre, 2019. 1 arquivo .m4a (50 min 11s).

MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. **Relato oral**. [jun. 2019]. Interlocutora: Fernanda Feltes. Porto Alegre, 2019. 1 arquivo .m4a (34 min 5s).

Documentos escritos:

ABSURGS. Órgão de divulgação da Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 3, janeiro 1987.

BERNARDES, Jacira Gil; MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. **Alfabetização de adultos: um projeto dos funcionários da UFRGS**. Porto Alegre, 1986. Manuscrito.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 1, maio 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 4, maio 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 6, 28 de maio de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 7, 29 de maio de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 8, 30 de maio de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 9, 31 de maio de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 10, 1º de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 11, 4 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 12, 5 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 13, 6 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 14, 7 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 15, 8 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 16, 11 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 17, 12 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, s/nº, 13 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 19, 14 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 20, 15 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 21, 18 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 22, 19 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 23, 20 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 24, 22 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 25, 25 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 26, 26 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 26, 26 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 27, 27 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 28, 28 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 29, 29 de junho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 30, 2 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 31, 3 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 32, 4 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 38, 12 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 39, 13 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 40, 16 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 41, 17 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 42, 18 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 43, 19 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 44, 20 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 45, 23 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 46, 24 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 48, 26 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 49, 27 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 50, 30 de julho de 1984.

JORNAL DA GREVE DOS FUNCIONÁRIOS – INFORMATIVO. Porto Alegre, nº 51, 31 de julho de 1984.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. Campinas: Editora Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. **Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial**. Salvador, Caderno CRH, vol. 28, nº 75, setembro/dezembro 2015, pp. 511-528.

ARAÚJO, André. FREITAS, João Carlos Vieira de. **Da engrenagem ao documento: notas acerca da implantação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Cedoc-Sindmetal)**. In: MARQUES, Antonio Jose; STAMPA, Inez Terezinha. Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade : comunicações do 2º Seminário Internacional O mundo dos trabalhadores e seus arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012, pp. 35-47.

DAGNINO, Evelina. **Cultura, cidadania e democracia – A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana**. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 2ª edição.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos sociais na universidade: rupturas e inovações na construção da cidadania**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Tese de doutorado.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

HOBBSBAWM, Eric J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. Lisboa: Editorial Avante, 1977.

LOPES, Glória; PAIXÃO, Rodrigo. **A história de luta dos trabalhadores da Unicamp**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 – 1985)**. Goiânia: UFG, 1999. Dissertação de mestrado.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda/Goiás: Funape, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã – Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MELO, Antônio d'Amore. **Entre a morte e a invalidez: a atuação dos trabalhadores porto alegrenses nos processos de acidentes de trabalho e sua contribuição para a lei de acidentes de trabalho de 1944 (Porto Alegre, 1935-1943)**. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Dissertação de Mestrado.

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. História e Luta de Classes, n. 4, julho 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. **Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional latino-americanas**. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 15-22.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

TÓTORA, Silvana. **A questão democrática em Florestan Fernandes**. São Paulo, Lua Nova, nº 48, dezembro 1999.

VIGIL, J. M. **Teologia do Pluralismo Religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 2006.

ANEXO 1 - DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO

372.41-053.8

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS SERVIDORES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: UM
PROJETO DOS FUNCIONÁRIOS DA UFRGS

* Jacira Gil Bernardes
CRB 10/463

** Maria de Lourdes Azevedo Mendonça
CRB 10/295

RESUMO

Apresenta o Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFRGS, mostrando seus objetivos, histórico e situação atual.

A intenção de estruturar um projeto para desenvolver um curso de alfabetização de adultos para os funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi despertada na ocasião da greve das universidades brasileiras de 1984.

O movimento grevista oportunizou um contato maior entre os funcionários da UFRGS. Durante a greve, as atividades realizadas de discussões, debates, conferências e outras, aproximaram os funcionários permitindo um maior conhecimento de

* Bibliotecária da Faculdade de Educação da UFRGS/membro do Departamento de Cultura da ABSURGS

** Bibliotecária da Biblioteca Central da UFRGS/membro do Departamento de Cultura da ABSURGS

nossa realidade.

Dentro da universidade, onde se forma a intelectualidade brasileira, existem funcionários que não lêem e não escrevem. Eles são os que também dão condições para que uma universidade funcione, abrindo portas, limpando salas, fazendo comida para o Restaurante Universitário e construindo os prédios. Ouvindo os depoimentos destes colegas, constatamos que o tratamento que recebiam era diferenciado, por serem analfabetos.

Nas discussões, pudemos constatar que pouco sabiam sobre seus direitos e desconheciam também a realidade do seu trabalho, como por exemplo, o que é uma universidade e para que serve.

Ao terminar a greve nos propomos a fazer alguma coisa que pudesse levar esse pessoal a integração na comunidade universitária e na sociedade brasileira.

Tivemos pouco saldo positivo, no que diz respeito as nossas reivindicações salariais, mas como grande resultado, o início de nossa organização como funcionários e a certeza de que, daquele momento em diante, a UFRGS tinha se modificado.

O Grupo de funcionários que liderou a greve de 1984, não era naquela ocasião a direção da nossa Associação (ABSURGS). Este Grupo continuou consolidando o trabalho iniciado de organização dos funcionários, visando melhores salários, condições de trabalho e conscientização de movimento associativo.

Em maio de 1985, este mesmo Grupo concorreu às eleições para a Diretoria da Associação, com a chapa RECONSTRUÇÃO e foi vencedora. Dentro do Programa da Chapa havia a proposta de criação de Departamentos e entre eles o Departamento de Cultura que se encarregaria de promover atividades culturais, entre elas a realização de cursos. Ao iniciar a nova gestão, 06

funcionários se dispuseram a organizar um grupo de estudos sobre alfabetização de adultos, com a finalidade de obter informações para que se iniciasse um curso de alfabetização para os funcionários, tendo como objetivo o crescimento individual e cultural de nossos colegas, visando sua integração na comunidade universitária e na sociedade brasileira.

O Grupo de Estudos, de junho de 1985 a março de 1986, manteve contatos com entidades e pessoas que tinham experiência com alfabetização de adultos e educação popular. Entre estas podemos citar: Faculdade de Educação da UFRGS, Fundação EDUCAR, CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional e GEEMPA.

Ouvimos, também, o depoimento de pessoas que, através do Departamento de Pessoal da UFRGS, haviam iniciado um curso de alfabetização para os funcionários que não foi concluído.

Mantivemos contatos com os colegas alfabetizados interessados, colhendo depoimentos quanto a participação em outros cursos.

Estudamos e discutimos as idéias e o Método Paulo Freire e o Programa de alfabetização de funcionários da Universidade Federal de São Carlos.

Com toda a bibliografia estudada, as discussões e os contatos mantidos, surgiram muitos questionamentos entre o grupo, mas tínhamos a certeza que deveríamos enfrentar este desafio.

A organização dos grupos de alfabetizadores e alfabetizados foi feita em conjunto; procuramos local, adaptamos os melhores horários, distribuimos as turmas por local dos campus da UFRGS, que são 4 (Campus do Centro, Campus do Vale, Campus Médico e Campis Olímpico) e solicitamos a dispensa dos

funcionários no horário de trabalho.

A divulgação foi feita no Boletim Informativo da ABSURGS e através de contatos pessoais. Cabe aqui ressaltar que durante o tempo que o grupo de alfabetizadores estava se preparando, mantivemos contato com o pessoal interessado.

O Método Paulo Freire está sendo a base do nosso trabalho.

Os encontros iniciaram em 23 de abril, contando atualmente com 32 alfabetizandos e 3 alfabetizadores. Está sendo estruturada mais uma turma de 15 participantes no Campus Médico.

A relação do alfabetizador com o alfabetizando é de colega para colega. Propomos que os alfabetizandos nos ensinariam a ser educadores e nós alfabetizadores ensinaríamos a eles a ler e escrever conscientemente. Como diz FREIRE *"São educadoras e educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de ser educados pelos educandos; são eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe"* (1984, p.32)

Colocar na prática a teoria assimilada não é difícil se mativermos a coerência entre nossa opção política e a nossa prática educativa, isto é, se agirmos conforme nossa proposta.

Não há educação neutra e por si só não há alfabetização de adultos neutra. A educação tem um objetivo político.

O alfabetizando tem a meta de ler e escrever e o alfabetizador técnico-político tem como meta ensinar a ler e escrever conscientemente para que eles se posicionem não só co-

mo indivíduo, mas como ser social, que se organiza para buscar a superação em que se encontra dentro da sociedade em que vive, surgindo, então, o processo difícil de ser educador técnico-político.

Nossa preocupação quanto a continuidade do trabalho se prende em 2 aspectos:

- interesse dos alfabetizados
- comprometimento das pessoas e instituições envolvidas.

Necessitamos de crescimento qualitativo e quantitativo do Grupo de Alfabetizadores que garantirá o sucesso da nossa proposta.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. 113p.
- DUARTE, Newton. O ensino de adição e subtração para alfabetizando adultos. São Carlos, Programa de Educação de Adultos da UFSCar, 1985. 43p.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo, Moraes, 1980. 102p.
- . A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 6.ed. São Paulo, Cortez, 1984. 96p.
- FREIRE, Paulo & BETTO, Frei. Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 2.ed. São Paulo, Ática, 1985. 95p.
- OLIVEIRA, Betty. Aprendendo a ser educador "técnico+político". São Carlos, Programa de Educação de Adultos da UFSCar, 1983. 15p.
- . A problemática do democratismo na prática educativa com adultos. São Carlos, Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação da UFSCar, 1985. 14f.
- . O processo de alfabetização enquanto elaboração do Livro de Leitura. São Carlos, Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFSCar, 1982. 18p.
- PEREIRA, Rita A. Bernardi. Aspectos perceptivos, cognitivos e motores do processo de aprendizagem do educando adulto: uma pesquisa em andamento. São Carlos, Programa de Educação de Adultos da UFSCar, 1984. 13p.
- . Exercícios de caligrafia: uma prática ultrapassada? São Carlos, Programa de Educação de Adultos da UFSCar, 1985. 14p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. Relatório das atividades do PAF/SAT referente ao período de agosto/81 a novembro/82. São Carlos, 1983. 17p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Relatório das atividades do Programa de Educação de adultos - dezembro/82 a novembro/83. São Carlos, 1983. 41p.
- . Relatório das atividades do Programa de Educação de Adultos - dezembro/83 a novembro/84. São Carlos, 1985. 27p.
- . Relatório das atividades do Programa de Educação de Adultos - dezembro/84 a novembro/85. São Carlos, 1986. 35p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE A-
DULTOS. Relatório das atividades de pesquisa desenvolvidas
no PEA (Programa de Educação de Adultos) com funcionários da
UFSCar no período de 19.12.83/30.03.84. São Carlos, 1984.
11p.